

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL

**AS JOVENS EM CONFLITO COM A LEI NA PERCEPÇÃO DAS PROFISSIONAIS
TÉCNICAS DO DEGASE**

THAINAN DE FATIMA FERREIRA DOS SANTOS

Rio de Janeiro
2015

Thainan de Fatima Ferreira dos Santos

**Trabalho de Conclusão de Curso de
Graduação da Escola de Serviço
Social da Universidade Federal do Rio
de Janeiro- UFRJ
Orientadora: Maria das Dores Campos
Machado**

**Rio de Janeiro
2015**

SANTOS, Thainan de Fatima Ferreira. As jovens em conflito com a lei na percepção das profissionais técnicas do DEGASE. UFRJ. Rio de Janeiro, 2015.

Agradecimentos

Agradeço primeiramente ao Deus da vida e de bondade, aquele que esteve guiando meus passos e me concedendo forças e perseverança para que eu concluísse não só esse trabalho, mas toda minha trajetória acadêmica.

Agradeço a minha família que me transmitiu valores importantes para que eu seguisse firme. Aos meus pais, Katia e Adão, que mesmo não tendo frequentado a universidade acreditaram que eu seria capaz e não mediram esforços para que isso fosse possível.

Ao meu querido noivo Pedro, que mesmo com o pouco tempo que tínhamos juntos me ajudava com os textos e com isso também aprendeu muito sobre o Serviço Social.

As amigas de infância, nossas noites de estudos foram primordiais para conseguirmos passar no vestibular, sem elas talvez não estaria aqui. Também aos amigos que a universidade me deu, pessoas incríveis, com as quais aprendi sobre a vida, tanto nos debates teóricos e filosóficos quanto nas conversas informais na mesa do bar.

À minha orientadora Maria das Dores, pela dedicação e paciência durante o processo da monografia e como sua aluna de pesquisa, por me fazer crescer como pesquisadora, profissional e também como pessoa.

Aos professores Erimaldo Nicácio pela ajuda com a pesquisa bibliográfica e pela disponibilidade em me auxiliar. Aos professores Erimaldo Nicácio e Myrian Barros por aceitarem meu convite para compor a banca examinadora.

Agradeço a professora Janaina Soares coordenadora do projeto de extensão universitária "Protagonismo juvenil como estratégia de promoção de saúde a jovens em situação de risco e vulnerabilidade biopsicossocial" que me proporcionou a experiência de entrada no DEGASE da qual foi motivação para esse trabalho. Por fim a equipe do DEGASE, as profissionais Tarsila, Melissa e Marise por dedicarem seu tempo de trabalho para expor suas experiências profissionais com boa vontade e paciência, a Beatriz por cuidar da documentação necessária para as entrevistas na instituição.

RESUMO

O objetivo desse trabalho é compreender melhor as jovens em conflito com a lei internadas no Centro de Socioeducação Professor Antônio Carlos Gomes da Costa. O caminho trilhado neste sentido articulou minha observação durante o período em que fui bolsista de extensão naquela instituição com a realização de entrevista semiestruturada aos profissionais de atendimento socioeducativo.

As análises dos dados levantados indicaram o crescimento de jovens que cometem delitos e que apresentam um perfil sócio econômico muito peculiar: são oriundos das camadas populares, tem baixa escolaridade e são em sua maioria negros e pardos. Os estudos também indicam a necessidade de aprofundamento da dimensão de gênero nos estudos sobre a temática, uma vez que as motivações, os tipos de delito, as formas de comportamento nas instituições socioeducativas parecem diferir entre homens e mulheres. Observa-se ainda que a despeito dos esforços para aprimorar o atendimento às jovens do sexo feminino, o modelo de atendimento continua muito próximo ao modelo das instituições socioeducativas para o público masculino.

Sumário

INTRODUÇÃO	7
CAPÍTULO 1	14
O DEBATE TEÓRICO SOBRE ADOLESCÊNCIA E A INFRAÇÃO JUVENIL	14
1.1 Adolescência	14
1.2 A construção social da figura do adolescente em conflito com a lei	19
1.3 A família do adolescente em conflito com a lei	25
CAPÍTULO 2	29
GÊNERO, ADOLESCÊNCIA E INFRAÇÃO	29
2.1 Adolescência e questão de gênero.....	29
2.2 Fatores motivacionais da infração feminina	33
2.3 “Amor bandido”.....	38
CAPITULO 3	43
A INSTITUIÇÃO DE INTERNAÇÃO.....	43
3.1 O cotidiano da internação feminina	43
3.2 As representações de gênero no âmbito institucional	48
3.3 As internas nas visões das profissionais	51
CAPITULO 4	60
A CONSTRUÇÃO DAS RELAÇÕES NO INTERIOR DA UNIDADE DE SOCIOEDUCAÇÃO	60
4.1 As avaliações dos vínculos das jovens no interior da instituição.....	60
4.2 As opiniões das profissionais sobre as expectativas das jovens.....	65
CAPITULO 5	66
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	66
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	71
ANEXO 1	75

INTRODUÇÃO

Esse trabalho analisa as percepções da equipe técnica do Centro de Socioeducação Professor Antônio Carlos Gomes da Costa sobre as adolescentes que se encontram em situação de privação de liberdade. Localizado na cidade do Rio de Janeiro, este centro faz parte do Departamento Geral de Ações Socioeducativas, o DEGASE¹ que de forma sintética, foi criado a partir do decreto nº 18.493, de 26/01/93. É um órgão do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro responsável pela execução das medidas socioeducativas, preconizado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), aplicadas pelo Poder Judiciário aos jovens em conflito com a lei. Esta instituição tem como objetivo atender aos preceitos constitucionais e de conformidade do Sistema Socioeducativo.

A criação do DEGASE ocorreu a partir da interlocução do Governo Estadual com o Centro Brasileiro para Infância e Adolescência - CBIA, (órgão do Governo Federal no período de 1991 a 1994) em consonância com as diretrizes políticas-governamentais de promoção, defesa e garantia de direitos de proteção legal.

Neste período, houve absorção integral dos adolescentes atendidos pela CBIA, o mesmo não ocorrendo com as instalações físicas, fato que acarretou demandas específicas no atendimento.

Previstas no artigo 112 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), as medidas socioeducativas são aplicadas quando verificada a prática de ato infracional. As medidas podem ir desde a advertência, obrigação de reparar dano, prestação de serviços à comunidade, liberdade assistida, até a inserção em regime de semiliberdade ou a internação em estabelecimento educacional.

Cabe ao Estado a gerência das medidas de privação de liberdade, em instituições que são denominadas centros de socioeducação e que instaladas em espaços físicos distintos, desenvolvem ações específicas de acordo com

¹ Segundo o site da instituição, é um órgão vinculado a Secretaria de Estado de Educação, e tem a responsabilidade de promover socioeducação, no Estado do Rio de Janeiro, favorecendo a formação de pessoas autônomas, cidadãos solidários e profissionais competentes, possibilitando a construção de projetos de vida e a convivência familiar e comunitária. Disponível em: http://www.degase.rj.gov.br/quem_somos.asp. Acessado em : maio/2015.

modalidade de atendimento, mas devem ser unificadas pela adoção de um projeto pedagógico comum.

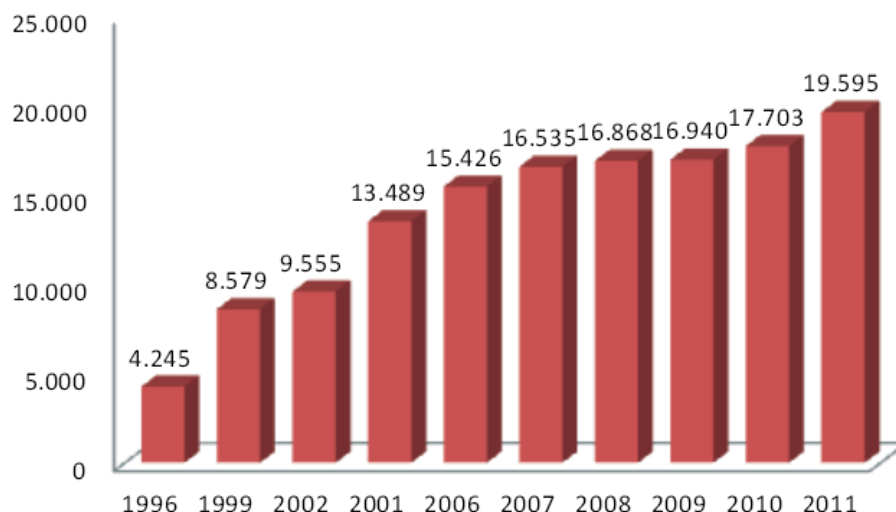
Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente, a internação é a medida privativa de liberdade, resultante de um processo judicial. Deve ser aplicada mediante o cometimento de ato infracional de grave ameaça ou violência à pessoa, ou quando houver reincidência no cometimento de infrações.

A duração pode variar de 6 meses até 3 anos, conforme o princípio da brevidade, da excepcionalidade e do respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento. A cada 6 meses, o adolescente deverá passar por uma avaliação, conforme estabelece o artigo 121 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990. p 65).

A evolução do número de jovens em privação de liberdade por todo o país entre 1996 e 2011 pode ser visto no gráfico 1 com os dados do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE).

Gráfico 1:

Evolução da privação de liberdade de jovens no Brasil:



Fonte: IPEA-Brasília 2013

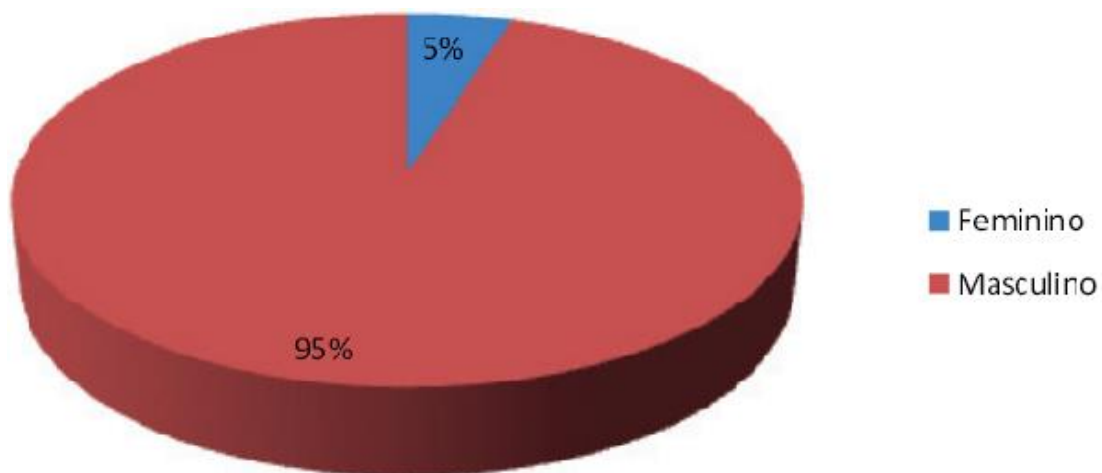
Os levantamentos estatísticos revelam um aumento significativo nos índices de jovens em situação de privação de liberdade ao longo dos anos na sociedade

brasileira. Segundo os dados do Conselho Nacional do Ministério Público, no ano de 2013 haviam 20.081 adolescentes em cumprimento de medidas de privação de liberdade no Brasil. Desse quantitativo, 18.378 cumpriam medida socioeducativa de internação e 1.703 se encontravam em instituições de semiliberdade.

Esse aumento considerável de jovens internados suscita problematizações, porém pretendo neste trabalho realizar um recorte de gênero e estudar as questões relacionadas á internação feminina. Deve-se esclarecer que existe uma forte assimetria na distribuição por sexo no universo dos adolescentes em conflito com a lei vivendo em situação de internação em instituição socioeducativa. No ano de 2011, por exemplo, 95% dos que se encontravam nestas instituições cumprindo medidas socioeducativas eram do sexo masculino e só 5% eram mulheres, como mostra o gráfico 2.

Gráfico 2:

Distribuição por sexo dos adolescentes em medida de privação de liberdade Brasil, 2011.



IPEA, Brasília 2013

Observa-se que a presença minoritária das meninas pode ser relacionada com a ordem de gênero existente na sociedade brasileira, que estimula padrões de comportamento diferenciado para homens e mulheres e aproxima mais os meninos do "mundo da rua" das práticas transgressoras. De modo geral, a cultura controla

bem mais o comportamento feminino, com as mulheres encontrando maior dificuldade para sair do âmbito familiar. De qualquer maneira, parece importante compreender como algumas adolescentes do sexo feminino rompem com os atributos associados a mulheres e acabam em situações de privação de liberdade.

Esse trabalho visa justamente focar nesse grupo minoritário nos sistemas de aprisionamento, discutindo como as relações de gênero incidem na conduta da mulher na fase da adolescência e os possíveis reflexos nas suas condutas.

Objetivo Geral do estudo:

Análise do fenômeno da internação de adolescentes do sexo feminino em uma unidade socioeducativa e suas consequências nas relações afetivas e sexuais de adolescentes do sexo feminino. Interessa em particular, conhecer o perfil das meninas que cumprem medidas de internação no Centro de Socioeducação Professor Antônio Carlos Gomes da Costa, bem como as opiniões do corpo de profissionais envolvidos no acompanhamento das adolescentes. Neste sentido, serão examinadas as percepções da Assistente Social, da Psicóloga e da Pedagoga acerca das relações sociais dessas jovens durante o processo de internação.

Objetivos específicos:

1. Conhecer a equipe técnica e a rotina de atendimento social, psicológico e pedagógico.
2. Analisar a dinâmica das relações sociais, afetivas e sexuais no interior do centro de socioeducação.
3. Investigar como a equipe técnica intervém nas relações sociais das meninas, dentro e fora da instituição.
4. Verificar as percepções da equipe técnica sobre representações das adolescentes em relação às relações de gênero.
5. Conhecer as expectativas de futuro das adolescentes, com relação à retomada das relações afetivas após a internação.
6. Identificar os impactos da internação nas relações afetivas das jovens.

Metodologia

A implementação do projeto se deu em duas etapas, nas quais a temática principal foi sofrendo alterações. A primeira etapa do trabalho constituiu-se na pesquisa bibliográfica sobre a questão da infração feminina e da internação de adolescentes e jovens em unidade de privação de liberdade. Como o objeto da pesquisa envolve múltiplas dimensões foi necessário um levantamento das diferentes perspectivas presentes nos estudos sobre a adolescência, as relações de gênero, a sexualidade e o comportamento em conflito com a lei nessa fase da vida. Essas leituras permitiram o embasamento teórico para a elaboração do primeiro capítulo do trabalho.

A segunda etapa deste estudo, inicialmente, baseado em técnicas de pesquisa qualitativa junto às adolescentes internas na unidade de socioeducação, com o objetivo de conhecer suas percepções sobre seus relacionamentos amorosos antes do ato infracional e analisar as trajetórias sexuais e afetivas das mesmas. Isto por que a versão original do projeto tinha como tema central "o namoro e a infração", uma vez que a hipótese anterior era de que as relações amorosas estariam entre as causas pelas quais as meninas cometiam o ato infracional. Em razão da demora na obtenção da autorização judicial necessária para entrevistar as adolescentes internadas, optei realizar as entrevistas com a equipe técnica, em especial com uma Assistente social, uma Psicóloga e uma Pedagoga. A escolha se deu pelo fato de que as mesmas são profissionais que mais se relacionam com as adolescentes e acompanham as suas relações com a família, parceiros e com as outras internas e funcionários.

A entrevista qualitativa teve um roteiro de perguntas referentes à rotina de trabalho e as percepções das profissionais sobre as adolescentes e o atendimento a elas prestados. O roteiro, primeiramente, baseou-se na impressão da equipe sobre o ato infracional e o namoro, porém no decorrer das entrevistas surgiram outras questões, fazendo com o tema inicial fosse repensado e incluísse as relações com outros atores, que influenciam a vida das adolescentes dentro da instituição. Então, decidi ampliar a investigação, com as percepções da equipe técnica acerca das relações das adolescentes dentro da instituição, e como isso influencia na vida social das mesmas. Essa nova versão do trabalho demandou alterações, no objeto, objetivos e na metodologia, bem como novas leituras. Dessa forma, o tema "namoro"

deixou de ser o foco central da pesquisa dando espaço para as compreensões sobre as relações afetivas de uma forma geral, *lócus* da pesquisa.

No mês de maio de 2015, foram realizadas entrevistas com três profissionais que compõem o eixo de atendimento as meninas em cumprimento de medida socioeducativa no Centro de Socioeducação Antonio Carlos Gomes da Costa. A assistente social Marise Neves é casada e tem 49 anos. Ela se formou na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) em 1989 e entrou no DEGASE em 2008. Desde então trabalhou no Educandário Dom Bosco, na Escola de Gestão e no Antônio Carlos Gomes da Costa, onde se encontra atualmente.

A psicóloga Melissa Assunção tem 32 anos e se formou pelo Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora (CESJF), em 2009. Ela fez residência em Saúde Mental no Município do Rio de Janeiro e ingressou na unidade feminina do DEGASE em 2012. Ela nunca trabalhou na unidade masculina.

A Pedagoga Tarsila Silva tem 28 anos e se formou pela Universidade Federal Fluminense em 2010. Ela trabalha no DEGASE desde 2013 e atuou também na unidade de internação provisória masculina, Centro de Socioeducação Dom Bosco. Atualmente é a única pedagoga da instituição na unidade de internação feminina.

As entrevistas foram feitas no interior da instituição em dois dias, 14 e 28 de maio. Essa etapa da pesquisa tinha como objetivo conhecer essas profissionais, a dinâmica do trabalho e as impressões das mesmas, sobre a trajetória de vida das meninas. Assim, no roteiro de entrevistas constavam perguntas sobre a forma de atendimento prestado às internas, as rotinas de atendimentos, as demandas das jovens e as avaliações das técnicas sobre o trabalho realizado na unidade de internação pesquisada.

O atendimento da equipe técnica é feito em equipes de profissionais, que atendem as adolescentes em medida de internação ou de internação provisória. Neste caso, as entrevistas foram focadas no atendimento das adolescentes em medida de internação, pelo fato de ficarem mais tempo na instituição o que permite uma elaboração melhor sobre a rotina de atendimento e seus desdobramentos na vida das adolescentes.

Durante o decorrer do trabalho usarei dados e referências do período em que fui bolsista de extensão universitária entre 2013 e 2014 experiência que me permitiu participar de oficinas de prevenção em saúde e protagonismo juvenil. Assim, os dados utilizados compreendem o período de seis meses na unidade masculina e um

ano na unidade feminina. Essa experiência me proporcionou uma aproximação com as jovens e uma percepção da rotina e das relações que elas mantinham com as pessoas e a instituição, e as minhas impressões ajudaram a contextualizar as falas das profissionais.

O texto a seguir está organizado em quatro capítulos e uma conclusão. No primeiro capítulo, discorro sobre a adolescência como importante fase da vida do ser humano e como essa representação se construiu socialmente. Ou seja, como a sociedade compreende a adolescência e como as meninas se encaixam nessa fase de formação da personalidade e da subjetividade feminina.

No segundo capítulo, faço uma revisão da literatura sobre jovens em conflito com a lei, as mudanças na legislação sobre a cidadania dos adolescentes, e também a relação dos mesmos com as suas famílias.

Depois dessa discussão teórica mais ampla, me concentro no terceiro capítulo, nos estudos sobre infração feminina e como ela foi historicamente encarada. Procuro também as articulações dos atos criminosos de mulheres com a ordem de gênero, ou seja, com a posição social da mulher que comete delito.

No quarto capítulo, apresento as observações da instituição e as percepções das profissionais sobre o cotidiano da unidade socioeducativa. Exploro ainda as formas pelas quais como as jovens configuram suas relações no contexto da internação. Em seguida faço algumas considerações finais sobre a temática abordada.

CAPÍTULO 1

O DEBATE TEÓRICO SOBRE ADOLESCÊNCIA E A INFRAÇÃO JUVENIL

1.1 Adolescência

O adolescente, segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) TÍTULO I Art.2º, é aquele que se encontra entre doze e dezoito anos de idade. Nos casos expressos em lei, aplica-se excepcionalmente este estatuto às pessoas entre dezoito e vinte e um anos de idade. (ECA Lei Nº 8.069). O ECA institui em seu artigo 3º que:

" A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade". (p.14)

Segundo a UNICEF (2008), o Brasil possuía na primeira década do século XXI 190 milhões de pessoas, dos quais 60 milhões tinham menos de dezoito anos de idade. Essa população corresponde a uma grande porcentagem de sujeitos que possuem direitos e deveres e também necessita de condições favoráveis de desenvolvimento de seu potencial.

O adolescente é considerado como sujeito de direito e de proteção do Estado e da sociedade. Neste sentido, é prioritária a garantia e efetivação de seus direitos fundamentais, principalmente da defesa de sua "integridade física e moral, acesso à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à cultura, à profissionalização, à liberdade e à convivência familiar", como estabelecido no Artigo 4º ECA.

A adolescência² é uma fase importante e requer proteção, pois se trata de uma etapa de formação do ser humano no campo biológico, psicológico e social, do ponto de vista do

² "A adolescência é marcada por um rápido crescimento e desenvolvimento do corpo, da mente e das relações sociais. O crescimento físico é acompanhado de perto pela maturação sexual. A capacidade de abstração e o pensamento crítico também se desenvolvem na juventude, juntamente com um maior senso de independência emocional e autoconhecimento. Esta fase da existência humana, no entanto, também é caracterizada por uma maior exposição aos riscos. A vontade natural de saber sobre todas as coisas que a vida tem a oferecer levam o jovem a uma permanente curiosidade e, às vezes, à experimentação de tudo o que se apresenta como novo. Ao mesmo tempo

Ministério da Saúde (Brasília, 1999) Ou seja, esta etapa é caracterizada por uma série de transformações biológicas que preparam o corpo da criança para a fase adulta, chamada de puberdade. Segundo a Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo: "a puberdade é constituída pelo crescimento físico, maturação sexual; desenvolvimento dos órgãos reprodutivos; mudanças na composição corporal; desenvolvimento de aparelho respiratório e cardiovascular entre outros". (2006 p.17)

A adolescência ultrapassa essas alterações agregando, além dos aspectos biológicos da puberdade, também as dimensões sociais e culturais fazendo com que os adolescentes sejam um grupo não só representante de uma fase de idade do ser humano, mas uma etapa socialmente distinguível.

Deve-se lembrar Guimaraes (2013 p.25) que "somente no século XX, a adolescência aparece como uma etapa socialmente distinguível". Etapa na qual se marcam aspectos desconhecidos no mundo infantil e que servem como uma introdução á vida adulta. Isto é, com uma identidade diferenciada da infantil, e uma forma singular de agir.

"Na sociedade medieval o sentimento da infância não existia, o que não quer dizer que as crianças fossem negligenciadas, abandonadas ou desprezadas. O sentimento da infância não significa o mesmo que a afeição pelas crianças: Corresponde á consciência da particularidade infantil, essa particularidade que distingue essencialmente a criança do adulto, mesmo jovem. Essa consciência não existia." (ARIÉS, 1978 p.156)

Em outras palavras, a criança no período medieval era considerada um pequeno adulto, e o afeto e o olhar diferenciado pela infância não existia. Um motivo essencial para a falta de dedicação pela fase inicial da vida humana, segundo Ariés (1978 p. 157), "era a alta taxa de mortalidade dos mais jovens. Somente a partir do século XVI é que se relatam atitudes de afeto, porém somente com as crianças pequenas".

A infância foi destacada e prolongada a partir da inserção das crianças na escola, já no século XVII, e mais a diante no século XVIII a separação das mesmas por faixa de idade nas instituições escolares. Para Philippe Áries (1987), a infância foi prolongada além dos primeiros anos em que as crianças pequenas precisavam

em que as atitudes, os valores e os comportamentos que vão determinar a vida futura do adolescente encontram-se em processo de formação e cristalização, a sociedade passa a exigir, do indivíduo ainda em crescimento e maturação, maiores responsabilidades com relação à sua própria vida (Ministério da Saúde 1999, p. 7)

inteiramente dos adultos introduzindo uma etapa intermediária entre ser criança e ser um adulto reconhecido, nesse contexto o sentimento moderno de infância começa a surgir na sociedade.

Nas sociedades primitivas, a passagem da infância para a vida adulta se dava através de ritos de iniciação ou de passagem, muitas vezes, relacionados a iniciação na vida sexual. Como afirma Genep (2011, p.73) “a maioria desses ritos, cujo caráter propriamente sexual não poderia ser negado, dos quais se diz que tornam os indivíduos homem ou mulher, ou aptos a sê-lo”

A literatura revela, assim, que o conceito de "adolescência" nem sempre foi reconhecida como uma fase transitória, e de relevância para sociedade, esta surgiu em um contexto histórico, sendo uma colocação nova para nomear a transição para a vida adulta.

Para Brandão (2004) uma das maiores necessidades da adolescência é a independência da família. Segundo esta autora, este processo perpassa o campo econômico e sexual, mas nem sempre isso ocorre simultaneamente.

“Na atualidade, os adolescentes e os jovens conquistam cada vez mais cedo a autonomia pessoal, embora paradoxalmente, se mantenham por um período mais longo do que em décadas passadas como dependentes de seus pais, em relação ao prolongamento dos estudos e das dificuldades de inserção no mercado de trabalho. Tal especificidade que peculiariza o processo de transição para vida adulta, na contemporaneidade, indica um processo entre duas dimensões fundamentais do processo de individualização: a autonomia, compreendida como autossuficiência econômica.” (Brandão, 2004, p.63)

Nessa transição, um processo marcante é o afastamento da família de origem para que o adolescente busque outras fontes de elaboração da identidade, principalmente na inserção em um grupo da mesma faixa etária. Assim como afirma Guimarães (2013, p.24) “os grupos etários funcionam como ponto de encontro entre os sistemas de personalidade de seus membros e o sistema social, articulando-se um encontro com o outro”.

Os adolescentes convivem em grupo, onde podem expressar suas experiências sexuais e geralmente é com os grupos de amigos que aprendem as condutas sexuais. Segundo Melman (1999 p,26) esse fenômeno, ocorre “quando o adolescente não encontra conforto junto a família, nem tampouco no meio social, ele vai procurar relações com seus semelhantes para tentar sustentar o seu eu.”

Com o desenvolvimento corporal e hormonal, o adolescente passa a responder aos impulsos sexuais, na qual é introduzido no mundo da sexualidade e das relações com seus pares. Experimenta e compartilha experiências com os grupos de amigos e vai assim, aprendendo como agir no universo da conquista e da sexualidade. Para Brandão (2004) o aprendizado da conquista e da sexualidade é processual e aperfeiçoado ao longo do tempo.

É importante mencionar que na adolescência, a sexualidade está em formação e afloramento. Nessa fase, a sexualidade do jovem é constantemente reprimida pelos pais e ou mesmo ignorada, fazendo com que esse processo de descobrimento ocorra de forma afastada da família. A construção social tem um papel central na elaboração da sexualidade humana. E, como construção, social a sexualidade implica, de maneira inevitável a coordenação de uma atividade mental com uma atividade corporal, aprendida através da cultura. (Bozon, 2004)

A sexualidade não se descobre no decorrer da adolescência, ela é aprendida e desenvolvida em torno de condutas comportamentais colocadas pela sociedade de acordo com a idade, o gênero, a cultura e classe social. Nesse contexto, Heilborn afirma que:

“o processo de modelação da pessoa transcorre em meio a múltiplas influencias, que eventualmente podem ser divergentes no que se concerne á adequação ás expectativas de gênero se exprime de modo inequívoco na experimentação da sexualidade. Trata-se de um inextrincável elo entre as dimensões subjetivas (socialmente construídas) e disposições objetivas do meio social.” (HEILBORN 2005,p. 43)

Bozon (2004) enfatiza que, de forma geral, a sexualidade dos jovens é vista com cautela pelos adultos, e os parentes mais velhos tentam estabelecer regras de conduta comportamental e sexual para os adolescentes. Este autor afirma que “em todas as culturas a iniciação sexual é uma etapa marcante para a construção social do masculino e do feminino.” (Bozon 2004, p. 27).

Nessa linha de interpretação,

“se a sexualidade pode ser aprendida como cenário privilegiado para o exercício gradual da autonomia juvenil, os constrangimentos familiares se fazem presentes na expectativa parental de engajamento dos filhos na construção da carreira profissional.” (BRANDÃO, 2004. p,64),

A afirmação de Brandão traz a tona um embate dentro do meio familiar, na qual os pais dão um enfoque maior na profissionalização e entrada dos filhos no mundo do trabalho, mostrando certa apreensão de que sua iniciação sexual possa gerar uma gravidez indesejada e atrapalhar o processo de formação dos mesmos. Aquino (2004) explica esse fenômeno afirmando que é precoce a aproximação dos jovens com a sexualidade e que a precocidade aponta novas formas de exercício da sexualidade, nupcialidade e da formação dos arranjos familiares. A autora argumenta que a iniciação sexual na atualidade não pode ser relacionada com uma transição para a vida adulta e sim como uma forma de experimentar vivências do mundo adulto sem assumi-lo completamente. Assim, jovens vivem juntos sem se casarem, tendem a criar seus filhos na casa dos pais ou até mesmo os que já conquistaram sua independência financeira não abandonam a família de origem.

“A nova forma de inserção na vida adulta não apenas coloca em xeque a centralidade da inserção no mercado de trabalho como marco necessário e definitivo da transição para a vida adulta, como também obscurece concepção de juventude como etapa transitória.” (AQUINO 2004, p.30)

Para Barros (2010 p.73), a transição para o mundo dos adultos tem forte ligação com a independência financeira, que se mostra através da “transitoriedade de projetos de vida, pela importância atribuída ao aprimoramento de si e pelas buscas por especializações profissionais e por relações amorosas”. Para a autora, o sair de casa e se tornar financeiramente independente são os processos cruciais para mudança da vida do jovem adulto, porém mesmo se afastando do convívio com a família, geralmente esse rompimento não é total. Esse adulto ainda recebe dos pais certa ajuda financeira, além da troca de favores e afetos.

“A transição “tradicional” da juventude para a vida adulta, identificada pela simultaneidade dos acontecimentos como a saída da casa dos pais, o casamento e a entrada no mercado de trabalho, vai dar lugar às dissociações entre sexualidade, casamento e procriação e às situações diferenciais de classe, gênero e etnia que passam a ser relevantes para a compreensão do processo de transição e de autonomia e independência.” (BARROS 2010 apud CAMARANO et. al 2006, p. 76)

Na contemporaneidade esse processo se dá quase que igualmente para as mulheres, mesmo que se verifique ainda a necessidade do casamento para que os mesmos alcancem uma vida adulta consolidada. Como explica Barros (2010, p. 85) “as mulheres também apresentam os valores recebidos pelos pais e pelas mães

como o legado de vida determinante para se posicionar no mundo e, sobretudo, para o projeto de futuro”.

De acordo com os estudos de Aquino (2004) os adolescentes apresentam uma visão positiva desta fase que se encontram, valorizam o fato de não ter responsabilidades, aproveitar a vida, ter liberdade, fazer amizades, ter saúde e disposição física, estudar e adquirir conhecimentos e trabalhar. Quando questionados sobre o que mais lhes interessava naquele momento, a resposta dos entrevistados foi: Educação, trabalho, cultura e lazer. Entretanto, existem os aspectos negativos desta fase da vida, na qual se pode citar: o convívio com riscos variados, drogas, violência, más companhias e falta de trabalho. As questões que mais atingem os jovens segundo a opinião pública são relacionadas à segurança, a violência, o trabalho e as drogas.

“A duração e a qualidade desta etapa do ciclo da vida são mais ou menos favorecidas pelas características socioeconômicas dos jovens, a origem social, a renda e o nível de desenvolvimento da região onde vivem, e pelas diferentes exigências relacionadas aos papéis que homens e mulheres ou indivíduos pertencentes a grupos raciais distintos tradicionalmente ocupam na sociedade.” (p. 31)

Resta ainda ressaltar que nem todas as experiências da juventude são iguais, é importante que se considere as dimensões de gênero, lugar de origem, religião, classe social, raça, entre outras. Ou seja, a pluralidade desse grupo deriva da combinação das várias dimensões socioeconômicas.

1.2 A construção social da figura do adolescente em conflito com a lei

O adolescente que se encontra em conflito com a lei é visto pela sociedade de forma diferente daquele que não cometeu ato infracional, e comumente é denominado “menor”. Almir Pereira Júnior (1992, p.13) define o menor como: “resultado de um processo histórico de escravidão e de um modelo econômico concentrador de renda”. Nesse modelo, o menor (criança ou adolescente) é também chamado de “pivete” e “trombadinha”. É um grupo a parte dentre os jovens, pois estaria em situação irregular decorrente de sua origem de famílias “desestruturadas” e de baixa renda. Os adolescentes que cometem ato infracional são vistos como

perigosos no cenário da violência urbana, como pessoas que devem ser contidas pela polícia e ressocializadas. Com isso, eles perdem as características infantis.

Como já apresentei, a percepção da infância e da adolescência se modificou significativamente no decorrer dos séculos. Neste sentido, podem-se acompanhar estas mudanças através do exame da legislação que também sofreu alterações para "dar conta" das novas concepções de proteção e punição à criança e ao adolescente.

“A legislação referente à infância e adolescência brasileiras deixa claro em seu conteúdo que somente determinada parcela dessa população figura como objeto a ser disciplinado, assistido e controlado. O que aparece como preocupação e problema social a ser gerenciado legalmente são as crianças e adolescentes”. (JUNIOR. 1992, p.15)

Nessas perspectivas, leis e códigos específicos formulados destinam-se a dar conta do denominado “menor”. Como “menor” entendendo-se não a totalidade da população infanto-juvenil, mas essencialmente a parcela mais pauperizada em potencial situação de abandono e delinquência.

Na incumbência de dar assistência e ressocializar à parcela “desviante” dos jovens, a legislação específica para esse grupo tem a função de proteger, não os jovens que são vistos como nocivos, e sim proteger a propriedade privada. Júnior (1992 p.15) argumenta que:

“para resguardar-se de uma situação concreta de pauperização e desrespeito aos direitos básicos dos cidadãos, a sociedade e o Estado terminam produzindo um aparato legal destinado a conter e a reger a infância pobre, e não em atacar as reais causas produtoras da desigualdade existente.”

De acordo com esta perspectiva, o “menor” e a criança são sujeitos distintos, e a concepção que funda essa distinção é a da família burguesa, da família nuclear. A percepção em relação à infância varia se nos defrontarmos com um “menor”. Esses sujeitos recebem via de regra um tratamento menos infantil nesta sociedade, isto é, o “menor” é inserido no mundo dos adultos como um sujeito perigoso do qual os outros tem que se defender e não cuidar, como no caso das demais crianças.

Ao longo dos anos e das mudanças na sociedade, foram criadas legislações que tinham o intuito de penalizar os atos criminosos ou condutas desviantes dos jovens. O tratamento dos jovens de forma diferenciada dos adultos surgiu no final do século XIX. Segundo Junior (1992, p.17), “a delinquência juvenil, a vagabundagem

e a violência já eram assuntos estampados nos jornais da virada do século, pejorativamente articulados com a pobreza”. No período citado, existia a preocupação em lidar com essa “juventude delinquente”, que era apresentada como decorrente da não absorção de mão de obra livre.

Em cinco de janeiro de 1921, foi decretada a Lei nº 4.242, referente à despesa geral da República, que introduz a “autorização para organizar o serviço de assistência e proteção á infância abandonada e delinquente”. E em 12 de outubro de 1927 foi criado o primeiro Código de menores com o intuito de sistematizar a ação de tutela e coerção, nesse caso o Estado adotava o “menor delinquente”. O juiz de menores tinha como responsabilidade a tutela dos “menores”, em nome do Estado no que dizia respeito à assistência, questões penais, trabalhistas e administrativas. Em resumo o código de menores buscava regular o “menor” vadio e o “menor” trabalhador (JUNIOR, 1992).

Em 17 de Fevereiro de 1940, através do decreto Lei nº 2.024 foi criado Departamento Nacional da Criança (DNC) com objetivo de garantir proteção á maternidade, à infância e à adolescência (Junior, 1992). Um ano depois o Serviço de Assistência a Menores (SAM) foi instituído pelo Decreto Lei nº 3.799, de cinco de novembro de 1941 Esse serviço foi inspirado na construção de instituições totais, e mais especificamente na lógica das instituições prisionais que buscavam uma ressocialização pautada na coerção com a finalidade de uma reintrodução na sociedade.

O código de menores citado acima foi revisto em novembro de 1943 pelo Decreto Lei nº 6.026, essa revisão foi responsável pela mudança na categoria “delinquente” para “infrator”, dando um maior enfoque a questão como caso de polícia. Esse período foi marcado por características autoritárias, assistencialistas, paternalistas e clientelistas, que faziam parte do tipo de política do Estado Novo. (JUNIOR,1992)

Durante os anos de 1940 a 1960, ocorreram mudanças importantes no cenário nacional e internacional que tiveram forte influência no campo das políticas para a infância e juventude. No país se encerra o Estado Novo e se aprova uma nova Constituição. No plano internacional, a Organização das Nações Unidas (ONU) cria a Declaração Universal dos Direitos da Criança. Neste contexto, o Serviço de Assistência de Menores (SAM) começou a ser alvo de denúncias e inquéritos.

A Política Nacional do Bem Estar do Menor (PNBEM) foi proposta na Lei nº 4.513, e entrou em vigor em 01 de dezembro de 1964, com essa iniciativa foi criado um órgão nacional de controle e orientação chamado Fundação Nacional de Bem Estar do Menor (FUNABEM) com o intuito de corrigir as falhas do SAM. Nesse contexto, a FUNABEM representava uma nova visão ao adolescente infrator que necessita de assistência. Em outros termos, a “delinquência” passa a ser vista como proveniente da pobreza e da desestruturação de suas famílias. As políticas sociais deveriam, portanto, focar tanto os adolescentes quanto suas famílias.

(JUNIOR, 1992)

A FUNABEM, no entanto, não se distingue muito das instituições anteriores, no que se refere à internação, uma vez que ela ainda é pautada no antigo código de menores e preserva o controle e tutela do Estado por meio do Juizado de menores.

Um novo código de menores entrou em vigor em 10 de outubro de 1979, delimitando sua atuação no que diz respeito à proteção e vigilância de “menores” e estabelecendo que a adolescência se encerre aos 18 anos. Na nova lei, o “menor” é aquele que se encontra em situação irregular, isso acontece quando é “privado de condições essenciais a sua subsistência, saúde e instrução obrigatória, ainda que eventualmente”. Nessa concepção, o Estado se omite e a culpa recai sobre a família. O juiz de menores ainda é uma figura central e a internação dos jovens é vista como ação de ressocialização (JUNIOR,1992).

No final dos anos 80, a política conservadora do código de menores foi criticada por setores da sociedade civil organizada que pressionavam o Estado por mudanças, levando em consideração os avanços democráticos da nova Constituição promulgada em 1988. Os princípios básicos instituídos na Convenção Internacional dos Direitos da Criança e do Adolescente inspiraram o Estatuto da Criança e do Adolescente que foi promulgado em 13 de julho de 1990, e que entrou em vigor no dia 14 de outubro de 1990. Este estatuto substituiu o código que rompe com a lógica que ele representava.

O Estatuto expressa uma nova forma de compreensão da infância e juventude, ou seja, as crianças e adolescentes são indivíduos em fase de desenvolvimento. No estatuto, o “menor” é o privilegiado das ações. Nesse sentido, o “menor” não é mais controlado por suas atitudes irregulares, mas acredita-se que a ele foi negado direitos básicos e a proteção que necessitaria para o pleno desenvolvimento de suas capacidades. (JUNIOR, 1992).

O estatuto também avança afirmando que não cabe somente à família a responsabilidade sobre a criança e o adolescente, mas também o Estado e a sociedade como um todo. Inova também na lógica criminalizadora e carcerária fazendo com que o “menor” não seja nomeado como um criminoso, mas que o crime que o mesmo cometeu passe a se chamar ato infracional.

O Estatuto da Criança e do Adolescente reserva um capítulo ao adolescente em conflito com a lei. Este capítulo define prerrogativas as sobre a prática de atos infracionais e dispõe também medidas socioeducativas implementadas a jovens em conflito com a lei, por exemplo, no Art. 103, “considera-se ato infracional a conduta descrita como crime ou contravenção penal.” Afirma no Art. 104 que “são penalmente inimputáveis os menores de dezoito anos, sujeitos às medidas previstas nesta lei.” (BRASIL, 1990, p. 60)

O ECA demonstra e impõe com isso, que o jovem se diferencia do adulto quando comete um ato que vai contra as leis, classificados como atos infracionais. A partir de então, os que praticam tais atos são classificados como jovens em conflito com a lei. Nesse sentido, a resposta ao não cumprimento das leis não é a prisão, e sim o cumprimento de medida socioeducativa. O ECA também prevê no capítulo IV, Seção I, Art. 112, que:

“Verificada a prática de ato infracional, a autoridade competente poderá aplicar ao adolescente as seguintes medidas: I- advertência; II- obrigação de reparar o erro; III- prestação de serviço à comunidade; IV- liberdade assistida; V- inserção em regime de semiliberdade; VI- internação em estabelecimento educacional; VII- qualquer uma prevista no artigo 101 de I a VI.”(BRASIL, 1990, p.62)

Fica a cargo do judiciário analisar a gravidade do ato infracional e a necessidade de cumprimento dessas medidas. Na medida de internação, os jovens passam o período determinado pelo juiz nas instituições de socioeducação.

O Estatuto declara em seu Capítulo IV, Seção VII, Art. 121, que:

“A internação constitui medida privativa da liberdade, sujeita a os princípios de brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento.” Já no artigo 122 do estatuto distingue como deverá ser aplicada a medida de internação determinando que a medida poderá ser aplicada quando: “ I- tratar-se de ato infracional cometido mediante grave ameaça ou violência a pessoa; II- por reiteração no cometimento de outras infrações graves; III- por descumprimento reiterado e injustificável da medida anteriormente imposta.”(BRASIL 1990, p.65)

Outro marco importante na legislação, no sentido de garantia dos direitos dos adolescentes em conflito com a lei, foi a criação do SINASE (Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo). Segundo documentos oficiais,

“Em fevereiro de 2004 a Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH), por meio da Subsecretaria de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente (SPDCA), em conjunto com o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONADA), e com o apoio do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), sistematizaram e organizaram o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE).” (SINASE 2006. p.16)

A implementação do SINASE teve como objetivo primordial a articulação com os princípios dos direitos humanos, mostrando-se como constituinte de uma política pública que se destina a incluir o jovem em conflito com a lei nos diferentes campos das políticas públicas e sociais como: saúde, assistência social, educação, entre outras. (SINASE, 2006 p.16)

Júnior (1992 p.26) afirma que, nos documentos que os governos tem produzido para justificar as políticas públicas para o grupo juvenil, a delinquência “é vista como uma forma de via irregular e contrária ao que é estabelecido por lei, uma conduta potencialmente direcionada ao cometimento de atos infracionais.” O que abrange o delito é uma ação primeiramente pautada em uma lógica de classe dominante. Nessa perspectiva, deve ser protegida a propriedade privada pautada nas leis e normas que mantêm os interesses da elite econômica, penalizando uma vez mais as classes subalternas. Como aponta o autor “é nessa perspectiva que devemos ler as estatísticas que sempre apontam a população marginalizada como principal autora de crimes e frequentadora das instituições penitenciárias.” (idem)

A predominância de adolescentes das camadas populares nas instituições de privação de liberdade sugere uma tendência á criminalização da pobreza, e individualização da ação criminal que é julgada no campo moral. Assim, como explicam Zeitoune, Lopes e Mota (2013), as argumentações realizadas no senso comum, constituídas pela mídia em geral, não contextualizam a problemática como uma expressão da questão social. Isto é, o que encontramos são julgamentos pautados em panoramas simplistas, que não articulam com as contradições de um sistema social, econômico e político desigual. Melhor dizendo, observa-se uma

concepção de que o criminoso (ou nesse contexto o jovem em conflito com a lei) é naturalmente mau, e não está apto a viver em sociedade.

Explicar os diversos motivos que levam o jovem a cometer um ato infracional é muito mais complexo do que pensar que o mesmo o fez por má índole, por ser pobre ou por conta do meio em que vive. Tentar explicar o ato infracional requer que se vá além do exame do fenômeno de forma isolada. Dubar (2007, p.158), por exemplo, argumenta que “é preciso situá-los (os jovens e suas ações) em um contexto social.”

“Para os sociólogos, a delinquência juvenil não é, em princípio uma questão de psicologia ou ligada à hereditariedade; não é também uma questão de crise de adolescência ou de personalidade patológica, é um problema social que pode ser colocado em termos sociológicos, no sentido lato, incluindo todas as ciências sociais e históricas.” (DUBAR, 2007 p.58)

As medidas socioeducativas são aplicadas pela Vara da Infância e Juventude do Estado. (Zeitoune 2008). Quando foi criado, o sistema socioeducativo era guiado nos moldes do sistema prisional com práticas que utilizavam a repressão e intimidação. Mesmo com o ECA já estabelecido por lei, a mudança do sistema de socioeducação foi lenta e gradativa, com os esforços dos profissionais envolvidos com a instituição, como os médicos, os pedagogos, os psicólogos, os assistentes sociais, entre outros. Nos últimos dez anos o DEGASE sofreu mudanças e reformulações políticas e estruturais, com o intuito de descentralizar as unidades, concretizar os princípios de proteção que o ECA estabelece. Em 2006 o DEGASE sofreu uma mudança de grande importância, com o objetivo de atender as diretrizes do SINASE.

1.3 A família do adolescente em conflito com a lei

A instituição da família é milenar, mas bastante heterogênea quando comparamos as diferentes regiões do mundo. Nas sociedades ocidentais esta instituição sofreu amplas mutações ao longo dos séculos. De acordo com Siqueira

(2009), a família³ composta por pai, mãe e filhos, a chamada família nuclear se tornou um modelo dentro das sociedades industrializadas. A família nuclear se caracteriza pela divisão de tarefas entre homem e a mulher, assim como entre os pais e os filhos, segundo uma ideologia hierárquica de funcionamento. Esse arranjo familiar coloca a mulher no papel de responsável pelo espaço doméstico e pela criação dos filhos, cabendo ao homem à função de provedor econômico.

ARIÈS (1986, apud Siqueira, 2009 p. 177) argumenta que, a “família nuclear vinha sendo, ao longo dos anos, referência de organização, cujo foco prioritário estava na sua estrutura econômica e não na qualidade das relações afetivas entre seus membros.” Enfatizando as mudanças da configuração desse modelo de família, Gomes (1994 apud Siqueira 2009), mostra que o arranjo nuclear não é o único padrão de organização familiar. Mesmo com as diversas composições familiares existentes, a família nuclear ainda é o padrão socialmente mais valorizado, e aqueles que fogem dessa padronização são encarados como diferentes, e nem sempre bem visto pela sociedade.

Na visão de Costa (2005, apud Siqueira, 2009), o termo família tem designado instituições e agrupamentos sociais bastante diferentes entre si, do ponto de vista de sua estrutura e funções. Assim, observa-se que o entendimento atual de família não está mais atrelado, necessariamente, à concepção de família nuclear, composta de mãe, pai e filhos.

A maioria dos jovens em conflito com a lei vem de famílias das camadas populares. Como já mencionado, essas famílias tem baixos recursos financeiros e muitas vezes é monoparental. Geralmente, a mãe é a única provedora da família, e responsável pela criação dos filhos, diferente do padrão de família idealizado pela sociedade.

Famílias urbanas de nível socioeconômico baixo tendem a ter a predominância da mãe como o centro organizacional da casa, quando não há um companheiro. Quando esse companheiro se ausenta do lar, a mãe assume o lugar do pai e executa as duas funções. Segundo a autora, "a família se constitui a partir da decisão de algumas pessoas de conviverem, assumindo o compromisso de uma

³ Ao longo dos anos e das transformações da sociedade o termo família vem sem modificando. Para Szymanski (1992 apud Siqueira 2009), família é como um grupo de pessoas que convivem entre si em uma relação duradoura, ocupando o mesmo espaço físico e social.

ligação duradoura entre si, incluindo uma relação de cuidado entre adultos e deles com as crianças.” (SIQUEIRA 2009, p.177)

A autora relaciona esses dados demográficos que apresentam novas configurações familiares ⁴ com a baixa escolaridade das mães e as práticas educativas, coercitivas e hostis pela falta de tempo, sobrecarga de tarefas e também por doenças físicas ou mentais na família. Dificultando a tarefa de cuidar muitas vezes sozinhas dos filhos, esses fatores podem comprometer o desenvolvimento das crianças. A autora também chama a atenção a falta de recursos financeiros e materiais básicos que refletem em uma estrutura precária na criação das crianças e adolescentes. Uma das consequências desses fatores é a negligência no processo educativo e até mesmo o abandono dos filhos.

Siqueira (2009 p.177) revela que “esses aspectos podem levar à institucionalização dessas crianças e adolescentes, visto que a família, nessas condições, não desempenha o papel de cuidadora, fornecedora de apoio e proteção, apresentando inúmeros fatores de risco.”

Na perspectiva desta autora, crianças e adolescentes têm o direito a uma família, cujos os vínculos devem ser protegidos pela sociedade e pelo Estado. Nas situações de risco e enfraquecimento desses vínculos familiares, as estratégias de atendimento deverão esgotar as possibilidades de preservação dos mesmos, aliando o apoio socioeconômico à elaboração de novas formas de interação e referências afetivas no grupo familiar.

“O Estatuto da Criança e do Adolescente representou um corte a um modelo discricionário acerca das famílias pobres quando reintroduz a importância da família como copartícipe do processo de socialização da criança. Com base neste ordenamento jurídico, a família volta a ser foco das políticas públicas sob novos parâmetros, favorecendo um olhar mais complexo sobre a importância da relação familiar. A família pobre, antes culpabilizada e tomada como desestruturada é valorizada como um direito da criança.” (GARCIA.2014,p.145)

⁴ Segundo os dados que a autora apresenta, o “Censo Demográfico realizado em 2000 (IBGE, 2000), o percentual de famílias cuja pessoa responsável pelo domicílio é a mulher, no Brasil, vem aumentando ao longo dos anos e passou de 7,7 milhões, em 1991, para 12,8 milhões, em 2000. Além disso, cerca de 28,6% das famílias chefiadas por mulheres possuíam renda mensal de até meio salário mínimo per capita. Esses resultados mostram que, na realidade brasileira, muitas famílias chefiadas pela figura materna têm vivido em situação de empobrecimento e miséria.” (SIQUEIRA, 2009 p. 177)

A família é essencial para humanização e socialização dos indivíduos, porém, nem todas as famílias encontram os mecanismos públicos que as auxiliam na criação e proteção dos filhos. Ficando essa tarefa a cargo somente delas. Na interpretação de Hutz (2002), a família é muito importante na adolescência, por ser esta uma fase de grande impacto em sua estrutura emocional. O adolescente está em pleno desenvolvimento social e biológico, dependendo da instituição familiar, e em processo de construção de sua autonomia pessoal. É necessário, também, que os pais entendam essa fase e se mostrem flexíveis com esse indivíduo em formação.

Sobre essa lógica, a baixa remuneração dos pais, a baixa escolaridade e a ausência de um dos pais podem ser fatores do distanciamento dos jovens das relações familiares. O autor explica que existem aspectos que afetam a vida familiar e que geram impactos na vida dos filhos. Um deles é o relacionamento entre pais e filhos. A qualidade desses relacionamentos é primordial para o desenvolvimento do jovem, e quando essa qualidade é deficiente os danos emocionais são evidentes. O autor fala também da carência emocional vivida pelos adolescentes e suas famílias. Nem sempre os pais conseguem perceber a situação emocional que os filhos vivem e não conseguem orientá-los.

Mas é preciso cautela quando se examina a parcela de responsabilidade das famílias na trajetória dos adolescentes em conflito com a lei. De acordo com Siqueira (2009), as famílias das crianças e adolescentes institucionalizadas são muitas vezes culpabilizadas pelo abandono dos filhos. E durante o processo de institucionalização, as famílias também sofrem e são deixadas de lado. Ou seja, pais e responsáveis vivem uma situação marcada pela desinformação, no isolamento social e na exclusão dos processos de decisão sobre as medidas que serão tomadas com relação aos seus filhos.

A família não é a única instituição formativa do jovem, mas é no seu interior, dentro dos seus laços que o indivíduo se desenvolve. A sociedade e o Estado também são responsáveis pela proteção das crianças e jovens, e por isso que conjuntamente devem garantir meios para que o convívio familiar seja garantido.

CAPÍTULO 2

GÊNERO, ADOLESCÊNCIA E INFRAÇÃO

2.1 Adolescência e questão de gênero

Pesquisas recentes mostram que as unidades de internação para adolescentes em conflito com a lei estão cada vez mais cheias, chamando a atenção para a gravidade da questão. Assim, mesmo que se tenha avançado com o Estatuto da Criança e do Adolescente, ainda hoje os jovens estão sofrendo violações de direitos.

Uma pesquisa divulgada pelo Conselho Nacional do Ministério Público, publicada em 8 de agosto de 2013², aponta que

“No Brasil, há superlotação nas unidades de internação de adolescentes em conflito com lei em 16 estados. O sistema oferece 15.414 vagas, mas abriga 18.378 internos. Em alguns estados, a superlotação supera os 300%. A maior parte dos estabelecimentos não separa os internos provisórios dos definitivos nem os adolescentes por idade, por compleição física e pelo tipo de infração cometida, como determina o Estatuto da Criança e do Adolescente”.

As adolescentes representam a menor parcela dessa população, mas não são menos importantes. Analisar essa parcela abre um mundo de particularidades distintas aos adolescentes do sexo masculino. Em minha opinião, a análise das relações da adolescência com o comportamento transgressor e mais especificamente com as condutas em conflito com a lei, deve levar em conta a ordem de gênero predominante na sociedade e nas unidades de internação. Segundo Costa⁵ (2001), se entendermos o feminino como construção social, veremos como a sociedade e o Estado encara o ato infracional cometido pelas jovens distintos daqueles cometidos por adolescentes do sexo masculino.

O ato infracional feminino envolve questões específicas. Mesmo como expressão da questão social, o ato infracional feminino expressa a hierarquia de

⁵Antônio Carlos Gomes da Costa, Educador, Diretor presidente da Modus Faciendi Desenvolvimento Social e Ação Educativa.

gênero, e esse fator é de extrema relevância no estudo e pesquisa sobre a adolescência em conflito com a lei.

Historicamente, a representação social da mulher foi e vem sendo construída de maneira bem diferente das dos homens, a elas são associados “desvios de conduta”, comumente a sociedade relaciona esses “desvios” com hormônios e atitudes emocionais. Assis e Constantino (2001) reforçam essa linha de interpretação colocando que:

“A crença nas diferenças condicionadas pela biologia e pela filosofia, como explicações para o comportamento feminino, condizente com noções populares largamente difundidas, recebeu o aval científico, fundamentando as primeiras teorias sobre o crime feminino. Buscava-se explicar o fenômeno do envolvimento da mulher com a criminalidade pela ideia de desvio sexual. Para ela, duas possibilidades opostas se apresentavam: ser mãe ou prostituta. As jovens criminosas eram mais representadas na segunda opção. Mesmo em casos de assalto ou furto, as explicações privilegiam a repressão sexual ou histeria feminina, e a delinquência das mulheres era patologizada.”(p.28)

Na virada do século XX para o século XXI, a “infração” feminina foi historicamente vista de forma distinta da masculina, e foi associada com a histeria. Existem teorias que explicam o cárcere feminino como consequência do fato de que as mulheres tem desejo de se igualarem aos homens. Na visão de Assis e Constantino (2001), Freud foi usado para explicar a delinquência feminina na sua teoria da inveja do falo. (inveja do pênis, do poder masculino). Nessa relação com a teoria de Freud, as meninas delinquentes queriam ser como os homens, incitava-se até mesmo que esse complexo poderia levar as meninas à homossexualidade.

Uma consequência dessa visão patologizada da infração feminina é a escassa bibliografia sobre o assunto. Quando se discute o tema adolescente em conflito com a lei, são poucos os estudos relatando as diferenças da internação feminina ou as suas singularidades, ignorando a dimensão de gênero na questão. Notou-se no desenvolvimento deste trabalho que a maioria dos artigos e textos que tratam de infração feminina é da área psicológica, que privilegia a dimensão intelectual.

Heidensohn (1995 apud Assis e Constantino 2001) considera injustificável o fato de que idade e sexo nem sempre serem considerados importantes indicadores para o estudo da delinquência. Heidensohn também enfatiza o caráter machista na literatura sobre criminologia, alegando que existe na sociologia uma predominância masculina que não levou em consideração a infração feminina como expressão da

questão social. Nesse sentido, o que fica aparente é que os jovens do sexo masculino são seres fortes e, resistentes, enquanto as jovens em conflito com a lei são exceções.

Assis e Constantino (2001) declaram que mesmo com a pouca bibliografia sobre a criminologia feminina, algumas autoras feministas se propuseram a escrever sobre as mulheres e suas relações com o crime. Essas feministas enfatizam que as meninas estão participando de forma crescente em atividades criminosas, integrando gangues, não só como coadjuvantes ou cúmplices, mas como autoras principais e até mesmo formando gangues especificamente femininas. A participação feminina não se deu especificamente por conta dos avanços conquistados pelos movimentos feministas, mas pelo aumento gradativo da criminalidade. Nesse sentido, as autoras afirmam que “á medida que as disparidades socioeconômicas e estruturais entre os sexos se reduzissem, ocorreria o aumento recíproco da criminalidade feminina”. (ASSIS E CONSTANINO 2001, p. 30)

Quando se indaga sobre a proporção reduzida de adolescentes do sexo feminino em privação de liberdade, existem fatores importantes a serem considerados, como o controle social exercido sobre as mulheres pela sociedade. Assis e Constantino (2001, p.31) explicam que “o controle social exercido pelas mulheres é um mecanismo eficaz para explicar a baixa presença delas na criminalidade, esse controle é exercido como uma divisão de esferas, onde a esfera pública é destinada aos homens e a privada á mulher”.

“O feminino caracterizado como natureza, emoção, amor, intuição, é destinado ao espaço privado; ao masculino- cultura, política, razão justiça e poder, o público. Esta dicotomia constitui uma oposição desigual entre homens e mulheres, caracterizando a sujeição destas aos homens dentro de uma ordem aparentemente universal e igualitária.” (COLLING p. 13, 2004)

As meninas são vistas como seres ainda mais frágeis, a serem protegidos e moldadas para que futuramente sejam mulheres do lar, mães bondosas e cuidadoras. Assis e Constantino (2001) afirmam que:

“ O controle sobre a mulher é feito em todos os espaços da vida social: em casa, no trabalho e nas políticas sociais. A dominação no domicílio com as jovens faz-se pela detenção preventiva. Para a mulher adulta, o casamento e a domesticidade são formas eficazes de controlar e assegurar o seu bom comportamento. Para as crianças e adolescentes, as contenções

domésticas se mostram distintas entre os sexos, com maior liberdade para os filhos homens. A menina tem sua liberdade restrita em prol da sua máxima proteção.”(p.32)

O espaço da menina dentro da esfera doméstica é regulado, justamente pela mãe, que também tem sua vida restringida socialmente á esfera do lar, fazendo com que essa conduta se propague entre gerações. “Quando as distribuições desiguais de poder entre homens e mulheres são vistas como resultado das diferenças, tidas como naturais, que se atribuem a uns e outras, essas desigualdades também são naturalizadas.” (Piscitelli, 2009).

A representação de social e cultural de que a mulher pertence a esfera do lar esta associada a ideia que a mesma é um ser frágil, incapaz de cometer um delito ou fazer mal a alguém. Como são delegadas funções do cuidado e da maternidade, ás mulheres, a sociedade não entende quando uma menina ou uma mulher é protagonista de algum crime.

A sociedade recrimina a jovem que não segue os padrões de comportamento impostos a ela. Com o risco de ficar “mal falada”, a jovem não pode ser vista em determinadas situações ou em determinados lugares. Assim, como explica Assis e Constantino (2001), quando essa mulher consegue conquistar um lugar na esfera pública, a partir de sua inserção no mercado de trabalho, o controle social é imposto através de sua baixa remuneração com relação aos homens e com a dupla jornada de atividades laborais, pois tem que dar conta também do espaço domestico e em muitos casos sem a ajuda de seu parceiro. Além disso, muitas mulheres ainda sofrem assédio sexual em seu local de trabalho, decorrente de sua baixa autonomia e do machismo neste universo.

Nas políticas públicas voltadas para as mulheres, o controle social também é notado pela baixa atuação política das mulheres, Assis e Constantino (2001) apontam que os homens acabam por criar e implementar políticas públicas para as mulheres, políticas das quais as mulheres não tem o completo conhecimento.

O objetivo dessa dominação é tornar a mulher passiva á vontade dos homens. Essa dominação ocorre por meio da família, mas também na escola, na religião, na comunidade e em diferentes instituições que tenham relevância na sua criação moral e cultural. Essa relação de poder parece relacionada com o fato de encontrarmos um menor índice de mulheres nas instituições prisionais e de socioeducação, elas acabam expressando um comportamento mais passivo e

cometendo menos crimes. Na visão de Hindersohn (1995, apud Assis e Constantino 2001)

“ esse supercontrole tem se mostrado eficiente, pois as mulheres cometem menos crimes que os homens, de menor gravidade, e são menos reincidentes na infração. Logo, a tradicional socialização feminina atua como um fator que protege a mulher de entrar no mundo infracional.”(p.33)

A disciplina e a dominação imposta á mulher no lar também aparecem associadas á violência doméstica. Assis e Cosntantino (2001) defendem a tese de que essa violência que é uma realidade presente na vida cotidiana das mulheres e mostra-se uma realidade entre jovens infratoras. Essa violência dirigida ás jovens é frequentemente cometida na esfera do lar, por parentes, vizinhos ou seus parceiros⁶. O numero de vítimas de homicídios no país é maior na população masculina, e isto é de forma feral atribuído á violência urbana. A causa das mortes das mulheres e as jovens são diferentes e parecem associada á ordem de gênero e o machismo existente na sociedade⁷.

Moraes(2011 p. 385) argumenta que “a violência é frequentemente estudada como fenômeno espacialmente localizado.” É no ambiente doméstico que a violência sexual acontece. Neste tipo de violência, geralmente o agressor é uma pessoas próxima da criança, adolescente ou da mulher que se tornou vitima de abuso sexual, estupro ou incesto. Moraes (2011 p. 385)

2.2 Fatores motivacionais da infração feminina

Quando se analisa a conduta transgressora das adolescentes e jovens, há fatores importantes a se considerar, como o ambiente que as mesmas estão inseridas, a classe social, a renda, entre outros. Os fatores citados podem ser vistos

⁶ Moraes (2011) afirma que o Brasil é o país que mais mata suas adolescentes e mulheres jovens. As adolescentes também estão sujeitas a outros tipos de violência como o estupro e homicídio. Segundo Moraes (2011), os índices de homicídio feminino começam entre os 12 e 15 anos de idade, a cada ano de vida duplica o numero de adolescentes vítimas de homicídio.

⁷ No cenário internacional o Brasil em 2007 ocupou a décima segunda posição no ranking do homicídio feminino. A maior porcentagem de homicídios de jovens mulheres ocorre na região Centro-Oeste

como potencializadores, mas não podem ser entendidos de forma generalizada como se essa realidade produzisse necessariamente o adolescente em conflito com a lei. Assis e Cosntantino (2001,p. 149) também nos alertam de que “a visão de vítima e agressor como dois seres totalmente independentes, mostra-se bastante inapropriada para compreender a inserção infracional das meninas”

As meninas e as jovens são vigiadas e moldadas para que obedeçam a um padrão aceito pela sociedade, impondo a elas normas, valores e atitudes que se aproximem do padrão dominante, neste caso ser heterossexual, branca, classe média e trabalhadora. Quando essa criança ou jovem se afasta desse padrão, ela é vista como sujeito em situação de risco, vulnerabilidade, ou como desviante. (Davis Oliveira, 2010 apud Schindhelm) argumenta é que:

“não podemos atribuir ao ambiente um imenso poder no desenvolvimento humano, entendendo a criança ou jovem como um ser extremamente plástico que desenvolve suas características e suas competências em função das condições presentes no meio e nos cenários culturais que se encontram.” (p.58)

É notória a aproximação de crianças e jovens com as atividades ilícitas, em localidades onde o tráfico de drogas e armas é exercido pelos adultos ou por outros jovens. Os pequenos são introduzidos na maioria das vezes de forma gradativa, realizando pequenas tarefas. Nesse contexto, as crianças e jovens convivem com armas de fogo, violência e o empregos precários de seus familiares. Trazem consigo fardos difíceis de carregar, como o abandono da escola, esta muitas vezes precária, e por isso, incapaz de proporcionar boas condições para que as crianças e jovens estudem. Além de classe media, espera-se que a mulher seja dócil, cuidadosa e gentil. Essas vivências acabam por levar as adolescentes e jovens a adotar a criminalidade como uma maneira de fugir da pobreza (Shindhelm, 2013 p. 59).

Entretanto, não é só nas comunidades, que as crianças e os jovens em geral se deparam com atividades criminosas. A rua também é um ambiente social onde sua vulnerabilidade se torna mais aparente, pois frequentemente jovens e crianças são convocados para realizar pequenas tarefas infracionais para sua sobrevivência. Muitas vezes também procuram participar de grupos que possam garantir-lhes proteção.

Na ordem social brasileira contemporânea, os jovens que vivem nas comunidades ou nas ruas são estigmatizados pelo lugar de onde vem. Shindhelm, (2013, p.59) explica que frequentemente eles "são considerados perigosos em potencial, inimigos da sociedade e, por isso, sujeitos que devem ser evitados e excluídos para o melhor desenvolvimento da sociedade." No entanto, é importante reafirmar que crianças e jovens pobres não tem sua conduta determinada pelo ambiente que vivem.

Para as meninas, a rua pode se apresentar como uma fuga, quando em casa existem conflitos. Há momentos em que as normas impostas a elas já não causam o efeito esperado. Segundo Assis e Constantino (2001), algumas famílias exigem comportamento sexual, moral e religioso mais rígidos do que elas são capazes de seguir. Quando as jovens não conseguem corresponder a essa conduta esperada, acabam procurando em outros lugares e com outras pessoas a respostas para os seus anseios de liberdade. Ou seja, elas podem buscar outro modo de vida, abandonando a casa e o grupo familiar, e estreitando os laços com grupos juvenis ou parceiros sexuais que encontram nesse ambiente.

A rua é um ambiente de atrativo pela ideia de liberdade que representa para as jovens, entretanto nem sempre os vínculos com a família são desfeitos totalmente. Muitas meninas voltam esporadicamente às suas casas. "Outras frequentam os abrigos no intuito de fugir da insegurança da rua, porém nem sempre a estadia em abrigos é uma boa experiência." E varias delas se afastam por conflitos com outras meninas ou por não se adaptarem as normas do abrigo.(ASSIS E CONSTANTINO 2001 p.88)

As pesquisas indicam que muitas meninas em conflito com a lei muitas delas são primárias nas infrações e a maioria participou de crimes contra o patrimônio, como roubos e furtos. Outra infração recorrente é o trafico de drogas (ASSIS E CONSTANTINO, 2001).

Uma questão fundamental para compreender o ato infracional dos/das adolescentes é a necessidade de participar da sociedade de consumo. Ou seja, integrar um grupo no qual estar bem vestido, na moda e usar roupas de marca demonstram um reconhecimento e a atenção de outros/as jovens. Seguir os padrões da sociedade de consumo não é fácil pra quem não dispõe dos meios para alcançá-los, principalmente se esses jovens são oriundos de famílias de baixa renda. Ganhar dinheiro de forma ilícita, se torna uma opção para os jovens que anseiam ostentar

objetos de valor e satisfazer seus desejos consumistas. Porém, nem sempre esse dinheiro será gasto em lojas de marcas ou festas. Segundo Assis e Constantino (2001), algumas adolescentes ajudam na composição da renda familiar, ampliando assim o número de pessoas que usufruem dos resultados dos atos infracionais. O dinheiro geralmente é mal visto pela família, porém, diante da situação econômica precária das famílias o dinheiro acaba sendo utilizado no orçamento da casa.

Outro fator que pode favorecer o ato infracional feminino é a experiência da violência sexual na infância e na adolescência. As autoras mencionadas à cima alegam que, quando a menina sofre um estupro, ela pode se sentir desonesta, desonrada e indigna de viver uma vida comum. Afinal, não consegue se enquadrar no padrão de comportamento socialmente imposto às adolescentes, assim como se afasta do mito da pureza relacionada à virgindade. Quando essa “pureza” é perdida, as meninas tendem a desenvolver atitudes transgressoras podendo chegar ao ato infracional.

O consumo de drogas também faz parte da realidade de muitas meninas em conflito com a lei. A relação entre comercialização e uso é muito forte, podendo um levar ao outro. As jovens acabam por cometer atos infracionais, como por exemplo, roubo ou furto para sustentar o uso de drogas. Assis e Constantino (2001) afirmam que as meninas são inseridas nos roubos por chamarem menos atenção, porém, na maioria dos casos a participação delas é secundária. O mesmo se dá no tráfico de drogas, onde as jovens desempenham um papel coadjuvante. Muitas meninas são apresentadas ao tráfico pelos amigos ou parceiros.

De acordo com Assis e Constantino (2001),

“a influencia de maridos e parentes a que se afeiçoam é também mencionada como porta de acesso ao tráfico de drogas. A relação afetiva estabelecida com o parceiro se torna prioridade em detrimento de todas as outras relações familiares e de amizade, outrora existentes.”(p.154)

O tráfico de drogas não é uma atividade que valoriza os atributos femininos. Neste contexto, ao contrário, as características atribuídas aos homens são exaltadas. Afinal, além de força física para correr, pular muros e a resistência para apanhar sem entregar o nome dos companheiros, é preciso apresentar coragem para não fugir nas situações que aparentem perigo e tampouco mostrar insegurança. Segundo Assis e Constantino (2001), as meninas que entram no tráfico tem que ter “peito”, apresentar traços similares aos dos homens, no que diz respeito

a coragem e responsabilidade. Nesta linha de interpretação, as responsabilidades das tarefas do tráfico dão às meninas mais confiança.

“ Cabe ressaltar que, essa demonstração de força e coragem que exigem de si não as coloca em posição de igualdade com os homens. Várias formas de controle do comportamento feminino continuam a existir na relação que estabelecem com os parceiros afetivos e com os colegas de trabalho. A violência sexual se mostra uma efetiva forma de coerção, seja decorrente da atuação policial, seja dos parceiros sexuais ou até mesmo dos próprios companheiros do tráfico.” (Assis e Constantino 2001 p. 165)

De acordo com Silveira (2005) é comum que as companheiras dos traficantes também participem das atividades de forma direta ou indireta, porém é possível também que as meninas se envolvam com o tráfico de forma autônoma. Ou seja, sem a influência de companheiros. As meninas do tráfico atuam na venda e muitas vezes a exercem as mesmas funções dos homens sem nenhum privilégio. Porém, nas atividades de maior exposição é preferível que as meninas atuem para diminuir as suspeitas dos agentes policiais e garantir o êxito da entrega do material. Um forte exemplo dessa participação é o uso das mulheres como ‘mulas’. As mulheres grávidas seriam ainda mais valorizadas nessa prática, pois não são alvo de revistas, e tendem a sofrer menos agressões policiais. Existem mulheres que se envolvem em atividades criminosas persuadidas ou até mesmo forçadas pelo parceiro.

“Essas meninas modificam o vestuário segundo a ocasião. Quando necessitam de disfarce para a polícia, optam por usar roupas mais largas e bonés, como se fossem rapazes. Aproveitam também para colocar uma roupa mais feminina por baixo, o que pode ser útil no momento de fuga.” (ASSIS E CONSTANTINO, 2001 p.160)

Na visão de Zaluar (1993), “ o envolvimento da mulher com o crime se inicia pelo amor ou pelo vício.” Elas furtam para ajudar o marido, ou escondem armas e drogas em casa. Quando o marido é preso, essa mulher se junta com a mãe e as irmãs do companheiro para dar assistência a ele na prisão, o ajudando com dinheiro, advogado, comida, visitas e etc.

De modo geral, os relacionamentos são conflituosos e cheios de autos e baixos, convivendo muitas vezes com situações de violência parecidas com as que elas viviam em casa antes de assumirem uma vida com seus parceiros. Silveira (2005) afirma que:

“mesmo que as adolescentes demonstrem alguma rejeição ao padrão feminino socialmente esperado, produzindo um movimento de tentativa de libertação desses padrões, lutando contra a falta de saída á submissão e o

conformismo como estilo de vida de suas mães, tais modelos parecem introjetados em seu âmago e elas tendem a repeti-lo em suas relações amorosas, ainda que em diferentes intensidades. Dessa forma os seus namorados se sentem seus donos, se consideram detentores de inúmeros direitos masculinos sobre elas”(p.20)

As relações amorosas também são marcadas pela infidelidade masculina, pois é normal que o homem tenha várias parceiras. Mesmo assim, existe uma percepção da mulher de que é importante que o casal se mantenha junto mesmo com as adversidades. Nestes casos Silveira (2005) afirma, a infidelidade masculina é assumida como um fato consumado, um motivo de pouca relevância para o fim do relacionamento.

Segundo a literatura, as adolescentes que se envolvem amorosamente com homens que desenvolvem atividades criminosas, tendem a procurar homens mais fortes, poderosos e capazes de supri-las financeiramente. Assis e Constantino (2001, p.139) destacam que "existem meninas que se relacionam com homens mais velhos, que ocupam posições de destaque no tráfico de drogas em troca de proteção e estes parceiros se tornam seus 'donos'". E muitas meninas acabam se conformando com o padrão violento de relacionamentos e submetendo as vontades e maus tratos dos homens.

De qualquer forma, não se deve generalizar. Silveira (2005) argumenta que nem todas as meninas aceitam sofrer violência de seus parceiros. Algumas conseguem reagir firmemente e desejam fugir desse padrão feminino de submissão e vitimização socialmente aprendido e que reforça ainda mais a cultura machista.

2.3 “Amor bandido”

Os estudos sobre a violência no Brasil sugerem que a categoria “bandido” comporta outras subcategorias que estão relacionadas com a divisão social e de trabalho dentro do tráfico de drogas. A categoria central é a do chefe, que apresenta grande autonomia, exerce poder e é respeitado pelos seus subordinados e outros moradores da localidade em que vive e atua. Há também o que (Zaluar, 1994 apud Teixeira, 2009) nomeia como bichos soltos, aqueles que usam da violência de forma discriminada, que não dispõe da autoridade “política” de controle como o chefe.

Tanto no caso do chefe quanto dos “bichos soltos”, a introdução da arma de fogo no cotidiano desempenha papel fundamental consolidando determinada representação social do “bandido”. Ou seja, é importante para autoafirmação daquele sujeito. A busca da identidade passa pelo *ethos* da masculinidade, através do poder e status que se concretiza pelo uso de armas de fogo. Nas palavras de Zaluar:

“A arma é sinônimo de status, de poder, simboliza a virilidade, atrai as mulheres, incidindo sobre o imaginário dos adolescentes. Dinheiro, mulheres e respeito são vistos como elementos instigadores e mobilizadores para a entrada do adolescente no tráfico de drogas. Sob níveis de vulnerabilidade intensos, os adolescentes buscam reconhecimento, poder e visibilidade social, simbolizando virilidade, a facilidade de conquistar meninas. O mundo criminal é extremamente sexuado e viril” (ZALUAR, 1994, p. 230)

Ser reconhecido pela masculinidade ou virilidade torna o bandido objeto de desejo feminino, e as mulheres que se envolvem amorosa ou sexualmente com estes indivíduos ganham maior status e projeção na comunidade.

As relações entre homens e mulheres são permeadas por relações de dominação, papéis de gênero socialmente construídos e influências do ambiente em que vivem. Pimentel explica que;

“as representações sociais que criam acerca do amor e dos papéis que devem desempenhar em virtude do lugar que ocupam nas relações amorosas são resultado das trocas simbólicas ocorridas no contexto social em que vivem, tornando-se determinantes para as suas práticas sociais.” (PIMENTEL, 2008 p.148)

No contexto da criminalidade, a mulher é um objeto de ostentação para o bandido. Ter mulheres representa poder, assim como ter armas e objetos de valor. Existindo, portanto, uma disputa em torno das mulheres. Como argumenta Zaluar (1993, p.139)

“aparentemente o motivo central da disputa - as mulheres - são, no entanto, um elemento a mais para compor o significado da relação entre os homens. Pois é da relação entre homens que se trata. A mesma disputa, feita até a morte, dá-se pelas armas, pelas mercadorias negociadas na boca, pelos objetos roubados. Como disse um jovem “vapor” desiludido entrevistado: boca é lance de volta, olho grande. Bandido em boca de fumo tem olho grande nas coisas do outro. Até na mulher. Querem matar o cara para ficar com a mulher dele” (p.139)

Nesta linha de interpretação, a disputa pela mulher gera rivalidade e desconfiança entre os homens, fazendo com que os mesmos se enfrentem para

conquistá-la, como um prêmio a ser concedido aqueles que apresentem uma coragem maior ou mais poder na comunidade.

As brigas pela conquista da mulher tem um intuito também de ampliar a visibilidade dos homens na localidade. Nas situações de disputa as mulheres são a plateia mais importante. Os homens fazem de tudo para impressioná-las⁸ com poder e dinheiro. É bom esclarecer que o poder não acarreta só visibilidade, mas também proteção. Afinal, quando a mulher se relaciona com um homem que possui armas acredita que ninguém mais vai cobiçá-la. “A maioria das mulheres gosta de bandido. por causa do revólver, se alguém mexer com ela ali, vai comprar barulho” (ZALUAR . 1993, p.140)

De qualquer maneira, a conquista da mulher não se dá somente através do poder instituído pela força ou pela posse de armas. A representação do poder através dos usos de objetos de valor é imprescindível nesse processo. Isto é, os sinais exteriores de riqueza, a roupa de marca, o carro e a possibilidade de frequentar motéis de luxo. Demonstram que “existe dinheiro no bolso, para ser gasto a qualquer hora (ZALUAR, 1993 p.140).⁹

Quando essa relação se estabelece, a mulher (objeto de disputa) toma outra posição na vida daquele parceiro que é envolvido com atividades criminosas. Ela passa a fazer um papel de mediação com o mundo do afeto e cuidado. Pimentel (2008) explica que “se a dedicação de algumas pode torná-las cegas para o mal causado pelas ações dos homens que a protege, na fala dos bandidos, outras aparecem também como a última ligação com a moralidade.” Fazendo com que elas se tornem, ao mesmo tempo figuras da proteção e de autoridade. São elas as únicas a impor algum respeito aos bandidos.

A relação de cuidado das mulheres com homens criminosos torna-se mais clara quando o companheiro é preso. Companheirismo e fidelidade são necessários para que a relação continue firme e se mantenha nesse momento de dificuldade.

⁸ A autora Maria Ribeiro de Oliveira também afirma a questão ressaltando: a dinâmica própria do mundo do crime e as atrações que ele exerce, do ganhar muito, ganhar fácil, do valor de um ethos, de uma masculinidade que seriam obtidos por meio da atividade criminosa, compõe o quadro de alternativas e ganhos colocados para os jovens pobres. O uso da arma, o dinheiro no bolso, as mulheres conquistadas, o enfrentamento da morte, bem como a sensação de liberdade e autonomia proporcionadas pela vida ilícita, e reforçadas pelo desejo da virilidade.”(OLIVEIRA,MR.2006 Pag 50)

⁹ “O jovem diz enveredar pelo crime para fazer presença junto às mulheres, impressioná-las e conquistá-las. Porém, sob o signo da mulher fatal, o feminino se reduz a uma presença que aumenta o prestígio do jovem no bairro. Ir aos bailes cercado de mulher, com dinheiro no bolso para ser cumprimentado por todos e olhado com admiração ou inveja. Ainda aqui o feminino é mero elemento na competição entre os homens” (ZALUAR, 1993 p.140)

Porém, quando o inverso ocorre, quando as mulheres são presas o companheirismo e fidelidade dos homens são postos à prova e nem sempre o comprometimento com a parceira acontece da mesma forma. Pimentel (2008) mostra que:

“as representações que tinham acerca das experiências afetivas vividas e que influenciavam suas condutas parecem transformar-se diante de uma nova realidade que se estabelece. Elas não pensam o amor da mesma forma que o faziam outrora. Muitas se mostram desiludidas com o amor, outras querem distância daqueles homens que as levaram à prisão, e outras, ao contrário, reforçam o sentimento pelo homem que amam.” (PIMENTEL p.148)

Ao contrário dos homens presos, as mulheres encarceradas que são frequentemente abandonadas pela família e amigos, acabam por sofrer mais intensamente o processo de aprisionamento, pois têm maior necessidade de integração ao grupo da prisão. As que possuem filhos sofrem com a ausência dos mesmos e pela angústia de não participarem de sua criação. Segundo Oliveira (2012), o contato com a família acaba se tornando o principal ponto de apoio que a jovem usa para sobreviver ao processo de normatização às regras e ao modo de vida do cárcere a que é submetida. A autora revela que quando a mulher presa é distanciada de todos os afetos externos, ela acaba muitas vezes por criar uma dependência afetiva e de convivência da unidade de privação de liberdade, das outras internas, e nesse sentido essa relação pode ser amorosa.

Oliveira (2012) aponta que, bem diferente da esposa ou companheira de um homem preso, que acaba por doar a sua vida ao seu parceiro encarcerado, normalmente as mulheres presas são logo abandonadas por seus companheiros e maridos, em função do estigma social da mulher que comete um delito e como consequência das novas relações afetivas desenvolvidas pelos parceiros.

As relações homossexuais fazem parte do cotidiano nas mulheres e jovens sem situação de cárcere. Vale compreender que uma mulher pode ter vários motivos para relacionar com outras mulheres, entre eles, alianças de poder e proteção ou carência. Essa mulher pode ter comportamentos homossexuais em um momento de cárcere, e depois fora desse ambiente voltar a ter relações heterossexuais e não expressar uma identidade sexual de lésbica ou bissexual.

“Há o jogo afetivo, sexual e erótico. Mas há, como no mundo de fora, o jogo de poder e alianças. É desse misto entre desejo e sobrevivência, encanto e

medo, que os pares se formam, se desfazem e conflitam. Há, certamente, uma exacerbação do imperativo da sobrevivência em um presídio, portanto, o espaço para o romantismo acredito ser reduzido, mas existe.” (DEBORA DINIZ 2015)

Nesta sessão falamos da situação de mulheres em situação de cárcere, vejamos agora o que acontece com as adolescentes em conflito com a lei.

CAPITULO 3

A INSTITUIÇÃO DE INTERNAÇÃO

3.1 O cotidiano da internação feminina

O cotidiano institucional das mulheres demandam necessidades distintas às instituições de internação masculinas, porém nem sempre esses espaços são construídos para abrigar mulheres, tornando-se necessárias adaptações e nem sempre elas são feitas.

Tradicionalmente os sistemas prisionais e de socioeducação tem abrigado em sua grande maioria homens, com isto, observa-se que a lógica destas instituições parte das representações sociais dos atributos e necessidades masculinas¹⁰ assim, os espaços de internação compulsória das mulheres são de um modo geral uma adaptação das prisões e centros socioeducativos masculinos¹¹. Esta não é uma especificidade do Brasil. Assis e Cosntantino (2001, p. 182) por exemplo, explicam que:

“ após passarem pelo crivo judicial, as mulheres são recolhidas nas unidades fechadas. Em todo o mundo, constata-se que esses espaços foram planejados para punir homens criminosos, e nunca eficientemente adaptados para atender às necessidades femininas.” (ASSIS E CONSTANTINO 2001 pg.182)

O Centro de Socioeducação Professor Antônio Carlos Gomes da Costa sofreu, durante os últimos anos, uma série de reformas estruturais. É possível reconhecer a unidade feminina assim que se entra na instituição em função dos cartazes enfeitados por flores, fotos das internas, e das reformas que mostram os alojamentos cor de rosa. A sala de visitas também apresenta um ambiente colorido e enfeitado pelos objetos confeccionados pelas meninas. O ambiente externo conta

¹⁰ Ainda que as instituições femininas tenham passado por mudanças, ao longo das décadas há muito a ser revisto. As necessidades das mulheres vão além de instalações próprias, é preciso rever o modo pelas quais elas são tratadas, pois estas instituições expressam as características sociedade mais ampla que é patriarcal e machista. A mulher criminosa e a adolescente em conflito com a lei são vista como problemáticas e histéricas. (Assis e Constantino, 2001)

¹¹ Dentre as necessidades femininas que não são atendidas, estão: tratamento para dependentes de drogas, atendimento médico, psicológico e social para muitas mulheres com história de violência física e sexual vividas no cotidiano. (Assis e Constantino, 2001 pa.183)

com uma quadra de esportes, e um espaço entre a quadra e o refeitório, no qual elas têm livre acesso, há também a sala de TV, onde elas se reúnem em atividades internas, palestras ou oficinas. Vez ou outra, elas podem assistir televisão (geralmente assistem novelas) ou ouvir músicas nesta sala. Por vezes elas assistem DVDs de música, desde que não seja funk, conteúdo não aprovado pela instituição.

O acesso à área que ficam os funcionários administrativos, a direção e o atendimento é separada por um portão de ferro e uma tranca. As meninas não podem transitar por essa área sem autorização. A instituição conta também com a escola e o refeitório, os quais não tive a oportunidade de visitar.

O Centro de Socioeducação comporta quarenta e duas (42) internas e esse número varia quase diariamente. Nos dias que realizei as entrevistas com as três profissionais, (14 e 28 do mês maio de 2015), a instituição contava com quarenta e cinco (45) e Trinta e três (33) meninas, respectivamente. Esta diferença se deve ao fato de que nesse intervalo de tempo ocorreu uma audiência resultando na progressão de medida de nove adolescentes. Essa colocação ilustra a alta rotatividade das adolescentes em situação de internação provisória e as dificuldades de se manter uma rotina de atendimento com esse grupo. Como afirmou a Assistente Social:

“Quando você chega a ter 45 (internas), você pode dizer que está superlotado, dentro da capacidade que você tem de atendimento. Eventualmente você vai ter que botar, mais meninas num alojamento do que outras, mas você não está sem condições de trabalho por causa disso. A superlotação acaba inviabilizando a possibilidade de um trabalho razoável, em função de todo os aspectos da improvisação: para dormir, para oferecer condições adequadas de alimentação. Eu já trabalhei em uma fase aqui com 120, mesmo com a capacidade apenas de receber 42, 43. Atualmente a gente trabalha, quando muito com 55, 60, que aí já é uma superlotação” (MARISE, Assistente Social)

As entrevistas revelam que, “visando à educação social das jovens na instituição, cada profissional tem seu papel e deve estimulá-las a refletir sobre seu percurso de vida.” A equipe também tem o papel de identificar e intervir para atender as demandas sociais e escolares das meninas e muita vez acabam atuando como mediadora de conflitos.

A assistente social presta atendimento individual e em grupo às adolescentes e às famílias, assim como deve recolher a documentação civil das meninas. De acordo com o seu relato, ela articula também com a rede, na busca de parceria com outros

órgãos, para melhor atendimento das necessidades das internas. Além disso, esta profissional elabora parecer social para o juizado, faz estudo de caso e propõe planos de intervenção para o desenvolvimento da ação socioeducativa para as jovens internadas. Participam ainda dos projetos de inclusão das adolescentes em programas sociais, de escolarização, formação profissional e acesso ao mercado de trabalho. Nos dias de visita atua também como mediadora, buscando conhecer as necessidades e demandas sociais das famílias e conjuntamente com a equipe, proporcionar a aproximação da família durante o processo de internação da menina.

De acordo com o depoimento da psicóloga, cabe a ela compreender as ações que desencadearam ao ato infracional. Ou seja, o que levou a jovem a cometer tal ato, e como ela vai lidar com isso dentro da situação de privação no sentido emocional. Neste sentido, ela procura traduzir qual foi o significado do ato e o que a jovem quis transmitir com isso. Cabe ao profissional de psicologia também a função de reduzir os efeitos proporcionados pelo aprisionamento. Pra tanto, o/a profissional vai, ao longo da permanência da jovem na unidade, traduzindo essas ações em palavras, nas quais a menina tem a oportunidade de expor suas angustias e fazer suas queixas de forma legítima. Além disso, a psicóloga emite parecer para o juizado e acompanha as visitas dos familiares, verificando a demandas respectivas á sua atuação profissional.

Na divisão dos papéis, diz a pedagoga, cabe a ela trabalhar diretamente na área da educação formal da jovem. Ou seja, deve ajudar na inserção da adolescente na escola, nos cursos de capacitação e tentar estimular a parte cultural. Ela também se encarrega das parcerias com os profissionais de educação que trabalham na escola da unidade, de forma que as meninas aproveitem a retomada da escolarização para que isso continue após a progressão de medida. Deve ainda elaborar parecer para o judiciário, pois a presença das meninas na escola, bem como a participação nas oficinas e cursos oferecidos na unidade são critérios levados em conta pelo o juiz para conceder a progressão de medida das mesmas.

A rotina de atendimento é semanal, e conta com três dias para cada profissional. Esses dias variam, porém elas se encontram em um dia específico para reuniões de equipe. As entrevistadas afirmam não ter um número específico de atendimento para cada adolescente. Mesmo com o grande número de internas com relação a equipe de atendimento técnico, elas garantiram que procuram atender á

todas e que não se prendem à ordem de atendimento. E isto porque, para além do trabalho preestabelecido, existem também as demandas espontâneas.

Marise e Melissa, (Assistente social e Psicóloga), fazem atendimentos semanais atendendo um grupo de meninas em cumprimento de medida de internação. Elas relatam que o atendimento é uma demanda institucional, mas não há necessidade de atender todas as meninas na mesma semana. Isto é, se houver a necessidade de conversar mais de uma vez com uma determinada menina, o atendimento é feito. Com a pedagoga, o trabalho acontece assim que as meninas ingressam na unidade. Inicialmente ela realiza um levantamento do histórico escolar e insere as adolescentes na escola que se encontra no interior da unidade. Depois levanta as demandas das recém-chegadas para participação de cursos e oficinas oferecidos pela instituição.

O atendimento psicológico, pedagógico e social devem acompanhar as internas durante toda a sua trajetória institucional. Neste, também está previsto o trabalho das profissionais com as famílias, que por vezes está afastada ou impossibilitada de realizar as visitas. Nestes casos, cabe à equipe entrar em contato com os parentes e ou responsáveis pelas meninas e procurar reaproximá-los das mesmas ou refazer os laços sociais entre eles. As profissionais afirmam que, por ser a única unidade feminina do estado do Rio de Janeiro, algumas famílias não tem condições financeiras de visitar as meninas periodicamente. Afinal, a unidade recebe jovens cujos domicílios são por vezes situados em cidades distantes da capital do estado, como por exemplo, Campos dos Goytacazes, Magé, Arraial do Cabo e Petrópolis.

“Além do atendimento, tem outras coisas que a gente faz também, Tem o contato com a rede (ONG's, CREASS, CRASS) que a gente faz por telefone e se for possível a gente vai até lá. A gente também faz visita domiciliar se for preciso ,pra encontrar essa família que não consegue chegar aqui, ou até mesmo pra conhecer o lugar que ela vive, que é importante.” (Melissa- Psicóloga)

Segundo o relato das entrevistadas, a medida de internação não é uma experiência totalmente negativa, pois ela proporciona as adolescente uma pausa “no momento de intensidade que elas estavam vivendo”. Nas palavras de uma delas, “muitas vezes a privação de liberdade é um momento de reflexão sobre suas vidas”. Ou seja, o DEGASE, como representante do Estado intervém sobre sua conduta de forma punitiva, mas também com um sentido de socioeducação. Nesse contexto, a

instituição age, ou deve agir de maneira que a interna refaça as relações sociais e ou os vínculos familiares que estavam rompidos, retorne ao ambiente escolar e tenha a oportunidade de pensar novos caminhos para sua vida. Em vários trechos dos depoimentos, as profissionais reforçam que esse momento é necessário para que as jovens parem e repensem os seus comportamentos e estilos de vida.

“Olha, eu tinha muita resistência em precisar privar um adolescente da liberdade pra trabalhar com ele. Entretanto você vai revendo na pratica o que é possível fazer com eles. Assim eu acabo lidando com isso como um mal necessário e tento tornar esse tempo mais produtivo possível para que ele seja curto. Muitas vezes, porém, chegar ate aqui e ser privado da liberdade é a forma que a gente consegue de trabalhar com essa adolescente que estava inacessível.” (Melissa- psicóloga)

Nesse sentido, vale ressaltar que nem sempre o sistema de socioeducação cumpre o que propõe, ou proporciona às jovens condições necessárias para uma reflexão, sobre seu estilo de vida e tampouco apresenta novas oportunidades de vida e contudo acaba mostrando o caráter punitivo da medida de socioeducação.

“Eu acho que a medida de internação, como outras medidas, também não queria restringir, a medida de socioeducação como um todo, ela tem sim seu aspecto positivo. Ela tem seu aspecto qualitativo pra vida da adolescente. Se fosse possível cumprir integralmente o que o SINASE prevê, com todo o amparo estrutural, com todo o amparo da rede de atendimento a ai, a gente conseguiria ver avanços e resultados maiores na medida socioeducativa. Hoje a gente tem pessoas (pelo menos na minha visão) que acreditam no trabalho e que mesmo que em meio a tantas deficiências se propõe a fazer o trabalho socioeducativo” (Tarsila- Pedagoga)

As entrevistadas afirmam a existência de concepções de trabalho socioeducativo e interesses diversos por parte dos profissionais envolvidos, relatando que nem todos “acreditam” no trabalho que o DEGASE realiza. Elas apontam que existem situações em que o agente socioeducativo restringe o contato das adolescentes com a equipe técnica quando a jovem transgredir as normas institucionais, colocando o atendimento como um prêmio. Discordando deste tipo de política, a psicóloga afirma que é justamente quando as meninas se comportam mal é que elas precisam ser ouvidas, que os conflitos precisam ser mediados.

“a gente não vive uma homogeneidade de pensamentos, muito menos de ações, e em determinado momento traduzir essa necessidade de olhar para o outro, nem sempre é uma tarefa fácil. Mais difícil que o desafio de compreender a menina é compreender o colega que trabalha aqui , que está aqui, trabalha com o feminino, ele não aceita ou não acredita, ou não gosta, ou tudo isso junto, não quer enxergar.” (Marise- Assistente Social)

3.2 As representações de gênero no âmbito institucional

Além das barreiras institucionais e posicionamentos distintos do corpo profissional, existem ainda as peculiaridades de se trabalhar com o feminino, e todas as questões que envolvem uma compreensão de gênero. Afinal é necessário lidar com as meninas, suas demandas no campo da saúde, com as suas respectivas famílias, com os filhos, com os relacionamentos internos e externos. Neste sentido, observa-se uma representação das meninas como jovens “intensas” e “expressivas”, cujos conflitos são sempre cheios de emoção.

“O desafio é que a instabilidade emocional, expressão maior do que é sentido. É maravilhoso porque eu tenho material ali á mostra pra trabalhar. Eu não tenho que ficar “cavucando” um silêncio de um menino que não consegue dizer o que pensa, o que sente. Então essa marca cultural do feminino que é poder expressar, poder sentir abertamente pra pessoas acho que um ganho enorme, te dizer que nos pares é o que marca mais. Então, acho que o mais difícil é pensar no lugar da mulher na sociedade mesmo. A gente já tem essa marca assim de até essa dificuldade de saída, uma série de questões que eles colocam a margem. Essas meninas, além desse sinal elas tem vários outros , então é mais alguma coisa que elas tem que trabalhar.” (Melissa-Psicóloga)

“As histerias, as nossas e as das meninas elas tem que interagir. A menina tem que saber que você é meio histérica também e aceitar que, de vez em quando, você também tem uns ataques. Que não vai ser ofensivo, mas que... dá a “perua” e ela vai saber: ih... hoje a Marise não tá legal, vou pegar leve, porque eu também já estive mal. eu digo, hoje eu não to legal! Você tem TPM? Hoje é o meu dia de TPM, então vamos suavizar a relação pra não rolar estresse.” (Marise- Assistente Social).

Assis e Constantino (2001) acreditam que mesmo que as unidades masculinas sejam vistas como mais violentas, as unidades femininas apresentam alto índice de distúrbios coletivos, frequentes automutilações e agressões aos funcionários e entre as próprias internas. Alguns levantamentos indicam a maior incidência de transtornos psicológicos e uso de medicamentos psicotrópicos nas instituições de internação feminina juvenil. Mesmo com uma tendência a doenças mentais provenientes do aprisionamento, percebe-se que as próprias adolescentes demandam esses medicamentos.

Esporadicamente, as meninas aparecem com cortes nos braços, elas se auto mutilam e por vezes são medicadas. As brigas são frequentes e a punição é o isolamento das outras meninas.

Um ponto importante citado pela assistente social e que parece se associar ao gênero feminino, foi a questão da vaidade. De acordo com o seu depoimento, as jovens internas se preocupam bastante com esse aspecto, mesmo estando privadas de liberdade. E por mais que seja importante para elas, esse ponto recebe pouca atenção da instituição.

“Para aquelas que têm a orientação sexual mais feminina e para as que têm a orientação masculina, embora estas últimas tenham uma vaidade preservada. Ela quer trocar a tinta do cabelo, ela quer manter o corte rentinho, ela já se organizou de uma maneira diferente, pra marcar inclusive uma identidade, o que não tira dela a vaidade para algumas coisas. Ela quer andar cheirosa como as outras. O creme é uma coisa fundamental e esse traço de vaidade é muito grande apesar da invisibilidade que o sistema oferece para elas nesse sentido”. (Marise- Assistente Social)

Também me foi relatado, que com a falta de espelhos, as meninas formam fila na frente do botão da descarga do banheiro dos alojamentos que por ser de metal e permite ver o reflexo do rosto. As jovens andam de uniforme branco e azul, mas algumas têm as camisas pintadas por uma oficina de artesanato. Elas se revelam muito vaidosas e andam com o cabelo penteado e enfeitados com presilhas e grampos coloridos. As unhas não podem ser compridas por uma exigência da instituição, mas são enfeitadas, fui informada que uma igreja evangélica promove um “dia da beleza”, ocasião em que elas podem ter seus cabelos arrumados, as unhas pintadas e são maquiadas.

No tempo em que passei como bolsista de extensão, as meninas me relatavam que o que mais as chateavam era o fato de engordarem muito no período em que ficavam internadas. Elas reclamavam da falta de atividades, revelando que elas tem uma boa rotina de alimentação, mas como tem poucas possibilidades de praticarem esporte acabam engordando. Nas quintas feiras, uma ONG promove jogos de futebol com as meninas, mas as que não gostam de futebol ficam sem atividade. Suponho que para as jovens deve ser um processo doloroso perceber a mudança do seu corpo sem alternativas para reverter esse quadro.

Elas também contam que, à noite, gostam de cantar, geralmente quando elas vão para o alojamento cantam músicas, (principalmente pagode e funk) para passarem o tempo antes de dormir. Durante as atividades da extensão fizemos com elas uma reunião sobre funk e cultura das periferias, ocasião em que puderam expor as danças que gostavam em especial o “passinho” e o “quadradozinho”.

Como as atividades que realizávamos tinham como prioridade levar temas que elas gostassem de discutir, falávamos muito sobre sexualidade, drogas e família. O que mais chamou atenção nesse processo, foi o quanto o tema sexualidade era sempre muito polêmico, as atividades sempre ficavam cheias e as perguntas eram muitas. O debate sobre homossexualidade estava sempre presente, porém havia meninas com dúvidas primárias sobre prevenção de doenças sexualmente transmissíveis e gravidez não planejada.

A internação feminina apresenta particularidades que resultam da hierarquia de gênero existente na sociedade. A representação feminina influi no tratamento que as adolescentes recebem dentro e fora da unidade, tornando o trabalho de quem convive com elas uma constante reflexão sobre o significado de suas ações e demandas. Segundo a psicóloga,

“ acho que o mais difícil é pensar no lugar da mulher na sociedade mesmo. A gente já tem essa dificuldade de saída. Uma série de questões que a sociedade coloca a margem. Essas meninas além desse sinal elas tem vários outros. Então é mais alguma coisa que elas tem que trabalhar. “ como é que eu vou me ver como mulher em uma sociedade que me coloca como objeto?” (Melissa- Psicóloga)

A contratação de profissionais para o DEGASE é feita a partir de concurso público, sem divisão por categorias de grupos de gênero e de idade. Quando se é aprovado nesses concursos, o/a profissional recebe treinamento para trabalhar com adolescentes em conflito com a lei. Contudo, como o sistema foi planejado essencialmente para o público masculino, os/as profissionais tendem a receber poucas informações sobre a realidade da internação feminina. Fato que gera muita inquietação, angústia e rotatividade entre os/as profissionais. Nem sempre os/as que permanecem na unidade se dispõem a compreender e discutir as particularidades do gênero feminino.

A assistente social relatou que nem todos/as os/as profissionais estão preparados/as para lidar com essa realidade, que na expectativa de uma estabilidade financeira as pessoas prestam concurso sem nenhuma afinidade com a atividade fim da instituição, o que compromete a qualidade do serviço ali prestado.

3.3 As internas nas visões das profissionais

As jovens internadas, apesar de representarem de um grupo pequeno dentro do sistema de socioeducação, apresentam um perfil social, econômico, racial e educacional bem parecido com os meninos. Em sua maioria são negras e pardas, com o processo escolar interrompido no ensino fundamental, mais ou menos entre o quinto e o sexto ano.

“Sim, uma média de 15, 16 anos, são meninas que vem de famílias com uma renda não... a gente não encontra uma realidade de famílias miseráveis, mas uma renda razoável. Muitas vezes esta renda é composta, por benefícios sociais. O genitor destas jovens não tem uma escolaridade muito alta. A maioria dos pais cursou até o primeiro segmento, ou seja os anos iniciais da formação escolar.” (Tarsila- Pedagoga)

Algumas não sabem ler ou são analfabetas funcionais, oriundas de famílias nas quais a mãe é a única responsável pela casa. Na visão de Fachietto (2008), o ambiente escolar é importante no processo de socialização primária das crianças e jovens, e no caso específico dos jovens em conflito com a lei, os vínculos dos com a escola em muitos casos já estavam rompidos antes da internação. Esta autora observa, em sua pesquisa, um sentimento de indiferença, porque as jovens já não veem a escola como um agente de transformação na realidade delas. Muitas vezes a escola mostra a elas o quão distante estão seus valores dos socialmente aceitos.

Corroborando a literatura sobre jovens em conflito com a lei, as infrações mais recorrentes entre as meninas do Centro de Socioeducação Professor Antônio Carlos Gomes da Costa são furto, roubo e tráfico, principalmente entre as meninas de internação provisória. Geralmente, a permanência por mais tempo se dá entre as meninas que são reincidentes em uma destas formas de infração. De acordo com a Assistente Social, durante os atendimentos, as meninas relatam que cometem essas infrações para garantir a própria sobrevivência ou a de seus filhos. Outras alegam que praticam atos infracionais para custear o consumo de drogas. Neste sentido, lembra a Assistente Social, algumas adolescentes, que já estão afastadas de casa e

vivem pelas ruas, vendem os objetos roubados para comprar a maconha, ou o crack.

As entrevistadas também afirmam que, atualmente, o número de homicídios é alto em relação à média feminina na instituição. Na ocasião da pesquisa, das 11 meninas que recebiam atendimento, 4 estavam internadas por homicídio, fato que confronta os estudos sobre internação feminina que apontam a baixa gravidade da infração de jovens do sexo feminino.

“Mas todas tem um traço fundamental: estão na busca de ser feliz, tentam reconfigurar a vida. Buscando seus sonhos, querem outras coisas, mas nem sempre conseguem sozinhas. E aí vai metendo cabeça, em um impulso pra tentar resolver até dar errado.” (Marise- Assistente Social)

Depois da apreensão da jovem, a equipe “se empenha a resgatar quem ela foi, sua história de vida e quais foram os caminhos pelos quais ela chegou a cometer o ato infracional”. No depoimento da assistente social a vida das adolescentes é marcada de “ações intensas, repleta de adrenalina. Elas imaginam que tem total controle de quando devem sair, até que são apreendidas. ” De acordo com a assistente social, quando isso acontece, a primeira coisa que as internas pensam é que elas vão sair logo do centro. Entretanto, quando são informadas sobre a internação elas “recebem um verdadeiro baque”. E é só depois disso é que elas começam a compreender a gravidade daquilo que realizaram. O esforço inicial da equipe seria “fazer com que a menina encare a realidade da internação e pense como ela (a interna) vai passar pelo período de cumprimento de medida”. De modo que, ela perceba de forma gradual e em conjunto com os profissionais envolvidos, “os meios de construir novas opções de vida que não a que ela estava vivendo”.

A principal demanda identificada nos atendimentos, argumentam as três entrevistadas, é sair da instituição. Ou seja, as jovens apresentam um forte desejo de deixar a condição de aprisionamento, e apresentam uma visão bastante negativa da internação. Relatam como uma passagem curta, como algo que pode ser resolvido no imediato. Depois da temática da liberdade, o outro tema que aparece com frequência no atendimento é o da família.

As profissionais devem trabalhar com os vínculos afetivos que as meninas deixaram pendentes (tanto os familiares como os de amizade e namoro) e procurar

estimula-las para que os refaçam. Nesse sentido, as entrevistadas contam que quando os familiares são chamados à unidade, eles conseguem ter um novo contato com a filha que antes, por vezes estava inacessível, ou por não estar mais em casa, ou por não terem mais influência sob a vida dessa menina. Assim, a internação criaria uma possibilidade de reaproximação dos pais com as jovens.

Em um ambiente em que se encontra afastada do mundo que estava acostumada a viver, dos amigos, das relações que tinham constituído no âmbito familiar, a menina se vê sozinha e privada da liberdade. As profissionais contam que, muitas vezes, o único vínculo com o mundo externo é a família no momento da visita.

Fachinetto (2008) destaca a monoparentalidade como uma condição de muitas jovens, cujas mães são as únicas responsáveis por elas, e as que realizam as visitas às internas. Na visão desta autora, o fato da adolescente ter saído de casa não significa um rompimento total, ainda que resultado de conflituosa relação. Além disto, existe a possibilidade ainda que remota de retomada dos laços dos pais.

“A gente vê entrada de pais, que são resgatados com a internação, pais, os homens assumindo os lugares de cuidado... essa menina precisa de você, sabe? A gente entra na coisa de gênero de novo, não é apenas a mulher que tem que tomar conta dessa criança ela está pedindo por um pai. O que aparece pra gente é que eles estão voltando, acho que é isso elas conseguem rever, recosturar. Uma costura mesmo nessa relação que esta esgarçada por conta própria de uma forma muito precoce, despreparada.” (Tarsila- Pedagoga)

“Elas ficam nesse momento muito conectadas com a família no sentido de temer que essa família se afaste. Que essa família não dê conta, e principalmente quando conhecem a mãe, o pai, e imaginam que a família não vai aguentar o momento de dificuldade, de vir toda a semana na unidade, por conta da condição financeira.” (Marise- Assistente social)

Existem casos em que as meninas são responsáveis pelos irmãos antes da internação, situações em que a mãe ou o pai não estava totalmente presentes. E durante o período em que estas meninas ficam na unidade, os irmãos não terão a atenção e o cuidado das mesmas. Isto também pode gerar angustia nas jovens e aumentar os problemas sociais.

A psicóloga menciona também o medo dos familiares em expor seus problemas e serem responsabilizados pela conduta da filha. Ela aponta que muitos responsáveis, ao se depararem com uma instituição de cunho punitivo, sentem medo de serem julgados e ficam apreensivos com a possibilidade da menina ser

prejudicada se a instituição souber, por exemplo, que a mãe é usuária de drogas, ou que existe histórico de violência doméstica na família. As mães têm medo de perder as filhas ou serem punidas pelo histórico familiar, e por isso ficam incertas de esporem suas histórias de vida nos atendimentos.

Algumas jovens têm filhos e a criação destes fica a cargo da família. Muitas vezes quem assume esta responsabilidade é a avó materna, e é também ela quem geralmente traz a criança para visitar a jovem internada. A relação com esse filho é de constante perda. As meninas sentem falta dos filhos, e sofrem por não estarem presentes em momentos de desenvolvimento da criança, como na emissão da primeira palavra ou o primeiro passo. Segundo o depoimento da assistente social, houve um caso de uma jovem que estava amamentando e a criança era trazida diariamente à unidade, porém o judiciário não permitiu mais que a criança viesse todos os dias.

Quando a jovem chega grávida a unidade, ela tem direito de sair para atendimento pré-natal, e quando o bebê nasce ela pode ficar com a criança em um berçário dentro da unidade. Na visão da psicóloga, nem sempre as jovens mães, demonstravam apreço ou preocupação com a maternidade antes da internação, em virtude do envolvimento com a criminalidade. E só com a situação de privação de liberdade é que elas começam a refletir o quão importante era essa relação de proximidade com os filhos. Mas há também as jovens que mesmo envolvidas com atividades criminosas exerciam sua maternidade e tinham uma relação de proximidade com os filhos.

Na opinião da pedagoga, a gravidez muitas vezes ocorre em um momento de pouco amadurecimento, e cobrar das jovens um exercício consciente da maternidade é também um processo delicado. A maioria das meninas, que tem filhos, não desejava ser mãe naquele momento, porém há casos em que a jovem planeja a gravidez. De qualquer forma, se tornar mãe com 13, 14 ou 15 anos, pode ser uma experiência extremamente difícil quando a menina está na condição de conflito com a lei.

Soares e Ilgenfritz (2002) mostram que as mulheres que se tornam mães no processo de privação de liberdade sofrem muito, por ter que submeter a criança ao universo da prisão, e também por não acompanharem o crescimento dos filhos. Afirmam também que, depois que os bebês são retirados das mães, as mesmas podem mostrar insegurança quanto ao futuro da relação entre elas e seus filhos. As

autoras questionam ainda sobre o destino das crianças e a situação de abandono a que algumas são colocadas, apontando para um ciclo no qual mulheres nasceram e deram a luz dentro de prisões.

A relação das adolescentes com o companheiro é ainda mais complexa. Muitas jovens internadas cometem o ato infracional com o companheiro ou sob a influência dele. De acordo com as entrevistadas, trata-se de algo frequente entre as jovens que se encontram na instituição. Geralmente, as adolescentes relatam ter tido uma participação secundária na infração.

“A gente tem grande número de meninas que chega aqui na unidade, que se encontravam nessa situação. As vezes, e aí a gente fala com base na fala delas, estava no contexto mas não foi a mentora, não teve essa participação ativa mas por um vínculo afetivo participou do ato e aí chegou até aqui.” (Tarsila- Pedagoga)

No documentário “E se eu não tivesse esse amor”, de Geysa Chaves, os relatos sobre a vida das internas do presídio Taravela Bruce no Rio de Janeiro, indicam que 9 entre 10 mulheres na situação de cárcere estão detidas pela influência dos relacionamentos amorosos. É importante ressaltar que a vida das mulheres adultas e das adolescentes, que são o foco da pesquisa são parecidas, e muitas delas conhecem o parceiro durante adolescência.

Algumas de mulheres entrevistadas relatam que no momento da conquista, os homens não mencionavam suas atividades criminosas, mas quando eles revelavam a elas de onde vinha o dinheiro, o sentimento já estava estabelecido e elas decidiram ficar com os mesmos. E a partir daí vem à cumplicidade, o “por você eu faço tudo”, mostrando uma forma de agradecimento pelos bons momentos e pelos presentes¹².

Quando uma mulher é privada de sua liberdade quase sempre seu parceiro assume outro relacionamento. Esse fato sugere que para os homens essa troca é muito mais facilmente aceita do que no caso das mulheres que porventura abandonem seus maridos presos. Para os/as jovens não é diferente, são socialmente ensinados a terem condutas amorosas e sexuais distintas. De acordo

¹² No documentário, algumas mulheres demonstram uma relação de amor e ódio com os companheiros, outras não querem ver o parceiro e tem certeza que os mesmos estão com outras pessoas.

com Bozon, o do aprendizado da sexualidade e as condutas sexuais e comportamentais de jovens homens e mulheres são diferentes:

“As formas de entrada das mulheres na sexualidade revelam aspectos fundamentais da construção tradicional da feminilidade, a qual implica fertilidade, pertença da mulher a um único homem (mesmo que um homem possa ter várias mulheres) e a ausência de iniciativa em matéria sexual. Por sua vez, a entrada dos homens na sexualidade é um dos momentos mais difíceis da construção da masculinidade e tem muita importância para ele. De fato, na maioria das culturas, a masculinidade é regularmente submetida ao desafio dos pares e deve ser ininterruptamente manifestada através da rejeição de comportamentos femininos e afeminados, bem como por meio de uma virilidade permanente no desempenho sexual, da iniciação precoce que não deixe qualquer espaço á suspeita de homossexualidade, da comprovada capacidade para procriar, da vigilância ciumenta das mulheres da família e de relação com outras parceiras.” (BOZON,2014 p.28)

Segundo a entrevista da pedagoga, nos casos em que se percebe relações amorosas com homens envolvidos em atividades criminosas, os profissionais estimulam as jovens a refletir sobre as suas escolhas afetivas e sexuais e as consequências que elas podem trazer para o futuro delas. Ou seja, tentam chamar atenção para o fato de que quando elas escolhem um companheiro com praticas criminosas, esta relação coloca em risco a integridade física e emocional delas.

“Quando você escolhe a pessoa, você a escolhe com as praticas e com os hábitos delas também. E quando é uma prática que não está de acordo com a lei, você também está escolhendo aquela prática pra fazer parte da sua vida.” (Tarsila- Pedagoga)

Na visão da assistente social, geralmente essas relações com pessoas ligadas ao crime proporciona uma sensação de proteção, glamour e dinheiro na jovem, além de dar reconhecimento na comunidade. Nesta linha de interpretação, a jovem “se presta ao risco de ser apreendida para viver essa vida com o companheiro”. E mesmo quando é privada de liberdade, não responsabiliza o parceiro pelo cárcere, continua mostrando amor por ele, e esperança de um retorno assim que sair da instituição.

Bozon (2004) chama a atenção para a condição de subalternidade das mulheres em relação à sexualidade. Na sua interpretação, a mulher é tratada de forma inferior no que diz respeito à sexualidade, e são repreendidas desde cedo, primeiro pela família e depois pelo companheiro.

Quando perguntadas sobre a frequência com que os parceiros visitam as internas, as entrevistadas dizem que nunca viram um namorado ou marido na instituição. Elas alegam que para a visita é necessário uma autorização judicial e que o juiz geralmente não autoriza a visita dos parceiros. Esse tipo de política, não leva em conta que muitas vezes esse parceiro é tido pelas meninas como o familiar mais próximo. Isto se considerarmos que algumas jovens romperam a convivência com os pais, e constituiu com o companheiro/ namorado sua nova família. No depoimento da pedagoga, percebe-se uma grande preocupação com o fato de que várias jovens tiveram de refazer as suas vidas muito novas, “saíram de uma posição de filha para a posição de esposa e de adulta muito precocemente”. Ou seja¹³, imaturas e muitas vezes sem estrutura financeira, elas constroem uma nova família.

“O que é garantido na unidade é a visita de apenas para pai e mãe, irmão e avós. Os demais vínculos que ela tem a unidade tem a postura de orientar que essa visita seja dada via juizado, então se o juizado permitir vai vir. Nesse período que estive aqui eu nunca vi marido e / ou namorado chegar até aqui.” (Tarsila-Pedagoga)

A psicóloga faz uma associação entre a fragilidade das relações sociais das meninas e a prática do ato infracional. Neste sentido, sugere que a debilidade dos laços sociais gera uma atitude infracional que é ao mesmo tempo, uma forma de “denúncia” das jovens de sua condição de abandono e vulnerabilidade. Ou seja, o ato pode ser uma forma de a menina dizer que ela não está bem, uma forma de chamar a atenção da sociedade e das pessoas que a cercam. Ela ressalta ainda, que a saída encontrada pelas jovens para entrar para a vida adulta passa muitas vezes pela via do amor. São delas as palavras abaixo:

“Muitas vezes as relações estão tão fragilizadas na família de origem, que elas querem construir num passe de magia um outro contexto familiar pra elas. Ou recriar uma família que eu acham que pode ser ideal. Elas querem adquirir a identidade de esposa, de mulher do fulano de tal, que vai poder ter uma casa, E esse homem vai poder dar uma vida pra ela independente da família.” (Melissa- Psicóloga)

¹³ Heilborn (2005) classifica a iniciação sexual, de acordo com a faixa etária. Assim é considerada a iniciação como precoce (quando ocorre até 14 anos para os rapazes e 15 para as moças), já a intermediária (se daria entre 15 e 16 anos para os rapazes, 16 e 17 para as moças), e a tardia (depois dos 17 para os meninos e 18 para as meninas). Em seu estudo, a autora também afirma que 36% das jovens entrevistadas em sua pesquisa tiveram apenas um parceiro sexual e que esse era mais velho do que elas.

Existe um consenso entre as integrantes da equipe de que a internação provoca um “congelamento” na relação amorosa da jovem. Os relatos mostram que, via de regra, a interna, fica angustiada por não ter esse parceiro por perto e, por não ter controle sob a vida dele. Imaginam a possibilidade de traição, uma vez que ela não tem informação sobre o que está acontecendo do lado de fora, e que é impedida de receber visitas dos seus parceiros. Afirmam, entretanto, que existe uma expectativa da jovem de retomar o relacionamento amoroso anterior quando conquistar a liberdade e deixar a instituição.

Uma estratégia adotada pelas internas para a comunicação com os parceiros é o envio de cartas. Essa atividade é incentivada pelas profissionais da equipe, que montaram uma oficina onde as jovens podem confeccionar cartas para entregar aos entes queridos. A psicóloga conta que a oficina ajuda no treinamento da escrita, visto que muitas delas têm deficiências escolares. O exercício da escrita ajuda também na expressão de sentimentos, uma vez que a equipe multiprofissional nem sempre consegue que a menina verbalize seus temores, desejos e aspirações durante o atendimento. Assim, a redação das cartas pode ser também uma ferramenta alternativa de trabalho para os profissionais.

Mesmo com o espaço reservado para esta atividade, as meninas escrevem as cartas em outros momentos, como por exemplo, na escola, nos cursos ou nas palestras, ocasiões em que elas têm acesso à caneta e papel. As entrevistadas contam que a entrega das cartas é feita por meio da equipe, mas que as cartas são lidas tanto antes de ser levadas para o correio, quanto quando retornam de fora, por uma questão de segurança. Aqui se vislumbra que a leitura cartas propicia um controle sobre as internas.

“A gente tem um trato com elas, que as cartas passam por aqui pela equipe técnica. Enfim, para que não venham informações que deixem essas meninas em risco, ou que alimente ainda mais essas relações no tráfico, Mas essas cartas passam, a família traz escondido.” (Melissa- Psicóloga)

Algumas meninas, afirmam as entrevistadas, escrevem as cartas “clandestinamente” e nos dias de visitas dos familiares as enviam para os companheiros, que por vezes estão presos ou internados em outras unidades socioeducativas. Aquelas que participam de cursos e oficinas que ocorrem em outro espaço e que podem eventualmente coincidir com os horários dos cursos da internação masculina, podem também aproveitar os deslocamentos pelos corredores

da instituição para tentar passar as cartas para os meninos com os quais cruzam pelo caminho. De toda forma, garantir um controle total sobre as internas é muito difícil, pois quando os agentes percebem essas trocas de comunicação, o fato já está acontecendo há muito tempo.

A confecção de cartas de forma clandestina pode ter muitas representações. Como há a exigência de que as cartas sejam lidas, pelos funcionários do centro as adolescentes podem preferir mandá-las por meio dos familiares e assim evitarem o conhecimento do seu conteúdo. Pode existir também o medo de que essa correspondência não chegue ao destinatário. A averiguação das correspondências pelos profissionais da equipe técnica representa uma censura às meninas, ou um controle das relações sociais das mesmas com o meio externo.

CAPITULO 4

A CONSTRUÇÃO DAS RELAÇÕES NO INTERIOR DA UNIDADE DE SOCIOEDUCAÇÃO

4.1 As avaliações dos vínculos das jovens no interior da instituição

Como já mencionado, muitas jovens não recebem visitas periódicas de seus entes queridos, fazendo com que os laços no âmbito institucional se tornem mais intensos. Segundo as entrevistadas, as meninas privadas de liberdade tendem a estabelecer novas relações no interior da unidade. E isto não só com as outras internas, mas também, com os/as agentes, diretores\as e técnicos\as. “Tudo é intenso”, disse a assistente social, “as amizades e os amores”.

“Elas acabam criando afinidades , assim como se ela estivesse na escola, tem as amigas de turma e as outras que não são amigas. Isto por que tem diferenças na forma de pensar. Exatamente como acontecem, as rixas, as trocas afetivas, difícil às vezes acompanhar.” (Marise- Assistente Social)

Nesta linha de interpretação, a convivência de forma ininterrupta, faz com os conflitos apareçam o tempo todo. Os namoros são acompanhados de cenas de ciúmes e observa-se, segundo a entrevistada citada acima, rápidas trocas de casais.

“Na entrada na unidade elas precisam reconfigurar uma forma de se relacionar aqui dentro. Eu digo uma reconfiguração porque elas começam a se relacionar afetivamente. Eu nem posso dizer de homoafetivamente, mais afetivamente com as outras. É que pra algumas delas é um envolvimento afetivo sim. Porém, não se configura como a prática de vida lá fora. Algumas têm namorados que estão esperando, que não vem aqui, mas tem filhos... Entretanto, a carência afetiva leva a um encontro que promove um conforto no momento que elas estão vivendo” (Marise- Assistente social)

O envolvimento homoafetivo das jovens é uma característica da internação feminina, e quando questionadas sobre como a instituição trabalha com isso, as entrevistadas relataram que a equipe trata esse assunto com “ muita tranquilidade e normalidade”. Porém, nem todos os profissionais da instituição percebem essa

prática como algo normal. Os agentes socioeducativos parecem demonstrar mais dificuldade em aceitar essas trocas de carinho e os namoros entre as meninas. As entrevistadas afirmam que mesmo com os olhares de reprovação de alguns funcionários, as jovens não se intimidam e expressam sua afetividade no pátio, nos dormitórios e nos demais espaços da unidade.

Na interpretação de Diniz (2015), a lógica no interior das instituições prisionais provoca deslocamentos e revisões nas condutas sexuais das mulheres que ali se encontram internadas.

“A vida entre grades desafia essa compreensão fragmentada e segmentada da sexualidade e das práticas eróticas. Mulheres que fora da instituição se declarariam gays podem ou não manter essa definição no presídio. Mais comum são mulheres com vidas heterossexuais no fora experimentarem sexualidades lésbicas no presídio.” DÉBORA DINIZ (2015)

O que parece preocupar as profissionais entrevistadas não é tanto a questão moral, mas sim a forma como as meninas exercem a sexualidade, e se esta ocorre de maneira segura. A psicóloga conta que a prevenção de doenças sexualmente transmissíveis é uma orientação da equipe, pois ela percebe nos atendimentos, que essa sexualidade é feita de forma desprotegida. Afinal, a rotatividade de parceiras faz com que o risco de doenças seja eminente. Ela mencionou que recentemente alunos da UFRJ desenvolveram um projeto com as meninas sobre sexualidade e prevenção e que esta experiência foi importante para ampliar o debate sobre estes temas na instituição. Elas concordam que o assunto ainda é um tabu, porém as ferramentas para discussão sobre o assunto estão sendo gradativamente introduzidas na instituição.

Como já mencionado, a sexualidade é um tema muito falado entre as meninas, mas as mesmas dispõem de pouco material informativo ou de educação sexual. Mesmo que o tema ainda seja delicado para uma conversa franca com as meninas, elas têm uma imensa curiosidade e necessidade de informações sobre prevenção de doenças. Mostraram-me, contudo, que é possível fazer um trabalho mais cuidadoso com elas.

Acreditamos que existem poucos espaços de diálogo sobre a sexualidade dos jovens, principalmente por parte da família. O tema é muito complexo, um verdadeiro tabu principalmente no que diz respeito a iniciação da sexualidade do jovem, em especial das moças de camadas populares, Heilborn (2005), em sua pesquisa

constatou que existe uma vigilância estrita exercida sobre a vida afetiva e sexual das jovens, que perdura, muitas vezes para além da adolescência. O controle da sexualidade das jovens, sobretudo das figuras masculinas com quem convivem, como o pai e irmãos mais velhos. Heilborn relata que existe pouco diálogo quando o assunto é relativo à sexualidade e o corpo feminino em geral. “Determinados assuntos são considerados inadequados entre gerações distintas e entre pessoas do sexo oposto.” (HEILBORN 2005, p.48)

A escola também é um importante espaço de aprendizagem da sexualidade, mas ao tratar do tema percebe-se a ênfase na dimensão científica (o que ocorre também nas famílias mais escolarizadas, com finalidades de prevenção de DSTs e gravidez.

Assis e Constantino (2001, pag.215) comentam que a aproximação das meninas acontece no pátio, onde se iniciam as “cantadas, mas é no dormitório que as relações amorosas se concretizam em atividade sexual, longe do olhar da instituição”. As autoras enfatizam que as relações são intensas e pouco duradoras. Menciona também três diferentes tipos de comportamento homossexual. O primeiro é quando a jovem mantém esse relacionamento apenas na instituição, o segundo é quando ela inicia a prática na instituição e continua quando sai, e o terceiro é quando a menina assume a identidade homossexual antes da entrada na instituição. Geralmente essas adolescentes que tem a identidade mais associada ao masculino são mais desejadas pelas outras meninas.

“Isso é muito natural pro adolescente, desse momento de efervescência. Essa questão de saber lidar é preocupação do profissional, uma questão dos adultos, elas estão vivendo isso. O saber falar, o trazer isso para o discurso é nossa função, elas estão na pratica, eles estão vivenciando.”
(Tarsila- Pedagoga)

A conduta do/a agente é muito importante para as meninas, pois muitas vezes as atividades de oficina, atendimento, esporte e lazer são facilitadas ou dificultadas pelos profissionais que trabalham em plantões rotativos durante a semana. De acordo com as entrevistadas, o trabalho com as meninas exige que o/a profissional conquiste o respeito delas, visto que ao contrário dos meninos, elas são mais “questionadoras”. Se acontecer um fato injusto ou truculento, elas reclamam e denunciam o ato, disse uma das entrevistadas. Porém, quando o/a agente é justo/a, mesmo quando as punem, ele/a é mais aceito entre as internas.

Assis e Constantino (2001) apontam as relações conflituosas das adolescentes, associando a dimensão conflitiva com as próprias funções desempenhadas pelos/as agentes socioeducativos que devem :

“ orientar quanto á hábitos higiênicos, auxiliar nos horários das refeições, acompanhar, encaminhar e realizar atividades internas e externas de recreação, zelar pelo cumprimento de horários e programações, reunindo-as para atividades, observação de comportamento, diálogo e acompanhamento especializado, encaminhamento para assistência médica e odontológicas [...]” (ASSIS E CONSTANTINO ,2001, pag. 206)

O caráter repressivo e punitivo do comportamento dos/as agentes de socioeducação em relação às adolescentes, também foi percebido por mim durante a extensão. A relação entre esses dois atores marcada por constantes brigas. Ministar a disciplina das meninas é uma tarefa difícil. Assis e Constantino (2001) afirmam que o frequente embate entre os/as agentes e as meninas pode gerar desânimo nos/as funcionários/as. Assim como a falta de consenso entre as normas aceitáveis provoca tensões entre os/as agentes mais “severos” e os/as mais “condescendentes”.

Existem agentes do sexo masculino na unidade, por conta disso a figura da autoridade fica mais evidente, quando essa é exercida por um homem adulto. Entretanto, as adolescentes não se intimidam com a presença dos homens e muitas vezes, enfrentam os agentes masculinos, principalmente quando acreditam que eles tomaram uma atitude injusta com uma interna. Uma das preocupações da unidade é quando a relação dessas meninas com os agentes é mais próxima ou sugere uma atração sexual. As entrevistadas relatam que é comum que as jovens percebam se um agente é atraente. Nestes casos, os dirigentes da instituição recomendam que o agente mantenha certa distância da menina. E quando há uma suspeita que um agente esteja se afeiçoando por uma interna, ele é chamado para uma conversa, e se for o caso será encaminhado para trabalhar em outra unidade. Esse tema trouxe certo desconforto as profissionais que se dispusessem a me ajudar nesse estudo.

Durante as entrevistas, todas as minhas informantes demonstraram preocupação em apresentar a relação das internas com a equipe técnica como marcada pela confiança. Ou seja, elas sugeriram que as meninas acreditam que as profissionais que ali trabalham são pessoas com quem elas podem se abrir. Mesmo com o fato das técnicas elaborarem os relatórios que são encaminhados para o

judiciário e poderem abreviar ou prolongar a estadia na instituição, as entrevistadas acham que as jovens não se intimidam em falar de seus anseios, expressar seus sentimentos. Na percepção destas entrevistadas, elas seriam um refúgio para as meninas nos momentos de mais conflito, pois com elas podem desabafar, pedir, chorar e denunciar.

“Teve um dia que gente ouviu um tumulto, estávamos na sala e era todo dia um tumulto diferente, e fomos lá ver. Meu instinto é de ir atrás pra ver, até pra ser testemunha ocular. E quando eu cheguei no pátio e estava aquele tumulto generalizado, elas correndo pra tudo quanto é lado, fomos eu e mais duas colegas, ficamos na porta pra ver. Elas tiveram um impulso natural de correr em direção a porta, como se pensassem “ vou ficar perto delas por dois motivos: primeiro é que eles não vão jogar spray de pimenta nelas, segundo e porque de alguma maneira elas podem me proteger”. (Marise- Assistente social)

Acredito que conseguir a confiança das jovens não seja uma tarefa fácil, uma vez que as meninas se encontram em situação de vulnerabilidade por conta da privação de liberdade. O exemplo das cartas que as jovens mandam sem que as profissionais saibam é um indício de que essa confiança não é total. E isto é compreensível, uma vez que, mesmo que a psicóloga, pedagoga e assistente social exerçam seu trabalho com dedicação, elas ainda representam uma instituição punitiva e os relatórios que elas emitem influenciam nas decisões do juiz sobre a sua situação.

A direção da unidade representa a lei, dá a ultima palavra. As meninas pedem e os/as dirigentes avaliam a possibilidade de atender as demandas. São eles/as que podem decidir sobre os eventuais castigos e garantir a ordem na unidade. Pensando em uma hierarquia, eles/as podem representar os pais dentro da unidade.

“Certa vez uma das meninas da unidade puxou a diretora pela trança, e agarrou a trança com tanta força que derrubou ela no chão, um tumulto que teve na unidade. No dia seguinte houve um outro tumulto e uma das meninas que estava contida agrediu fisicamente o subdiretor. Logo em seguida teve um troca de direção. E quando a gente foi fazer um trabalho no coletivo a gente chamou os funcionários e a direção para uma discussão, trabalhamos a questão da representatividade do que é promover uma agressão a um diretor ou uma diretora de unidade. Eles representam a lei e o limite, a concessão e a retirada, é a função que muitas vezes seria de pai e mãe.” (Marise- Assistente Social)

4.2 As opiniões das profissionais sobre as expectativas das jovens

De acordo com os relatos, as meninas apresentavam anseios para o futuro, e pretendiam, na maior parte das vezes, voltar para a família após saírem da unidade. Ou seja, na avaliação das profissionais, as adolescentes desejam retornar “ para o convívio dos seus entes queridos e retomar as relações que se afastaram”. Mas as internas apresentam apreensões com a forma pelas quais elas vão ser tratadas pelas pessoas de que gostam. Elas também temem ser estigmatizadas em sua comunidade, por terem passado pela socioeducação, e não conseguirem novas chances na vida. Revelam ainda anseio de se inserir no trabalho formal, para que possam voltar pra casa de cabeça erguida, para terem condições de criar seus filhos e não retornarem ao DEGASE. Visto a baixa escolaridade e a pouca qualificação para o trabalho formal as chances de entrada no mundo do trabalho são pequenas.

Mesmo com uma vida longa a ser percorrida e muitos sonhos a serem realizados, as meninas pertencem a uma realidade social que não as favorecem e quando voltam pra casa se deparam com os mesmos problemas, dificuldades que tinham antes de serem internadas. A taxa de reincidência para as meninas é baixa nas jovens que cumprem medida de internação, mas entre as jovens que cumprem medida de internação provisória é mais comum o retorno pelos mesmos motivos, até que atinjam a idade adulta. Ou seja, para alguns jovens o sistema de socioeducação é apenas uma iniciação para uma vida de institucionalização e penalização.

Para as entrevistadas ainda faltam muitos mecanismos para um trabalho efetivo de sócioeducação no DEGASE. Os profissionais que atendem os jovens são poucos, e as estruturas são precárias. Os cursos não comportam as necessidades do mercado de trabalho e ainda faltam instituições parceiras que possam abrir portas de trabalho, de qualificação ou educação continuada.

CAPITULO 5

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O primeiro semestre de 2015 foi marcado pelo debate sobre a redução da maioria penal no Brasil, de 18 para 16 anos. Após uma onda de acontecimentos¹⁴ envolvendo jovens cometendo atos de violência, a população foi levada a debater sobre a criminalidade e a juventude. Porém, os canais de informação, em especial a mídia impressa e televisiva, se inclinavam para uma posição que incitava uma maior penalização dos jovens.

Na capital Federal, o presidente da Câmara de Deputados, Eduardo Cunha, realizou votação para o projeto de lei PEC 171/93 que propunha a redução da maioria penal em julho deste ano e, após sua derrota realizou uma manobra regimental para que, no outro dia fosse votado novamente o projeto, ocasião em que conseguiu aprovação do mesmo.

Esse processo deu a visibilidade e mostrou a necessidade de se falar sobre jovem em conflito com a lei no Brasil, sobre a política de socioeducação, as condições de funcionamento das instituições e a famosa imputabilidade dos jovens brasileiros negros e pobres.

Emergiu também o debate sobre as condições precárias das instituições de aprisionamento e de socioeducação, que foram denunciadas pela mídia, Falou-se das péssimas condições de infraestrutura, da falta de investimento e da ausência de políticas públicas para as jovens¹⁵.

O trabalho elaborado não poderia ser escrito em um momento mais propício, em que se observa a efervescência do debate da juventude e da violência juvenil. A população carece de leitura sobre a situação do jovem em conflito com a lei no Brasil, e as mídias, tanto populares até as mais elitizadas defendem a redução da maioria penal e desconsideram o debate aprofundado sobre o tema. Com isto, a

¹⁴ O de maior repercussão foi o latrocínio cometido a um ciclista na Lagoa Rodrigo de Freitas na Zona Sul do Rio de Janeiro que foi sucedido de outros acontecimentos envolvendo jovens. notícia disponível em :<http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2015/05/20/morre-ciclista-esfaqueado-durante-assalto-na-lagoa-zona-sul-do-rio.htm>

¹⁵ Notícia disponível em: <http://epoca.globo.com/tempo/noticia/2015/05/vida-e-os-problemas-das-meninas-infratoras.html>

população acaba por ser influenciada pelas respostas prontas dos jornais e apoia a maior penalização dos adolescentes.

Em setembro de 2015, arrastões, realizados por grupos de adolescentes, viraram notícias nos principais meios de comunicação do estado¹⁶. A temática da coerção e maior punição desses jovens voltaram a ser discutida pela sociedade que pressionou seus governantes para que tomassem medidas para impedir que esses jovens chegassem às praias. O governo do Estado estabeleceu então que os ônibus oriundos do subúrbio e zonas periféricas do Rio de Janeiro fossem revistados, e que os suspeitos (jovens negros) fossem revistados e apreendidos para averiguação se estivessem desacompanhados e sem documentos. Na visão de Garcia (2014)

"os argumentos acerca do que deve ser feito para conter a violência entre adolescentes variam a depender da origem social dos infratores. Nesta hora, confirma-se a suspeita de que os pobres são perigosos e devem, por isso, ser contidos, disciplinados e exemplarmente punidos". (p.144)

A autora defende a tese de que existe um processo social de criminalização seletiva de jovens pobres e negros/as acrescentando que:

"quando jovens de classe média aparecem como transgressores, a agenda se redefine e os argumentos mobilizados se voltam para família, sociedade e valores vigentes. Instaura-se, temporariamente, uma indagação sobre o que está errado e o que precisa ser corrigido nas relações sociais. Afinal, não haveria razão para que um adolescente com esta origem representasse ameaça para a sociedade." (GARCIA.2014,p.144)

Ao realizar essa pequena pesquisa sobre as jovens em conflito com a lei, eu pude verificar o quanto a política de proteção à juventude em nosso país precisa ser discutida e requer novos e amplos investimentos, ou seja, durante esse trabalho e o tempo em que visitava o DEGASE como aluna de extensão, constatei que o sistema apresenta vários problemas, e as instituições de socioeducação se tornaram um "depósito de adolescentes pobres". A rotatividade dos jovens é grande, e mesmo assim as instituições estão superlotadas, principalmente as masculinas. Na última

¹⁶ Notícia disponível em: <http://g1.globo.com/hora1/noticia/2015/09/policia-militar-do-rio-de-janeiro-anuncia-detalhes-para-evitar-arrastoes.html>.
<http://brasil.estadao.com.br/noticias/rio-de-janeiro,para-evitar-arrastoes-no-rio--policiais-revistam-passageiros-de-onibus,1769525>

Jornada Mundial da Juventude, realizada no Rio de Janeiro, em junho de 2014, com a Visita do Papa Francisco, pude ver o DEGASE superlotado. Seria inocência presumir que os jovens cometeram mais atos infracionais nesse período quase que como uma coincidência. O mesmo fato ocorreu durante a Copa do Mundo que foi realizada pouco tempo depois sugerindo uma estratégia dos dirigentes “melhorarem” a imagem da cidade, ou evitar que os turistas e as mídias internacionais se defrontarem com a realidade social das crianças e adolescentes nas ruas.

As instituições que se dedicam á socioeducação são marcadas por histórias de abandono e violência. Se faz necessário um olhar diferenciado para os jovens, e uma política que os indique meio para exercer plena cidadania, um caminho de novas oportunidades e escolhas com opções concretas, com condições de desenvolvimento de suas potencialidades, de família, acesso a educação e emprego digno.

Durante o processo de desenvolvimento deste trabalho quis expor um universo imensamente complexo que descobri no convívio com as jovens em conflito com a lei, porém essa pesquisa me mostrou que eu sabia muito pouco sobre elas. A leitura e as entrevistas fizeram com que eu pudesse me aprofundar na articulação das dimensões de gênero, classe social e violência que atravessam a problemática do ato infracional de jovens.

A relação entre as meninas é de proximidade. As histórias de vida que as une são parecidas, e a convivência mesmo que forçada as tornam amigas. Nos bilhetes que escrevem sempre tem a palavra liberdade, nos desenhos que fazem retratam um mundo no qual gostariam de estar. Passar para o lado de fora é o principal desejo das internas, e mesmo os momentos de maior descontração não são nada comparados com a sensação de estarem livres.

A equipe do DEGASE parece “nadar contra a maré”, no sentido em que as instituições responsáveis pela proteção dos direitos das crianças e dos adolescentes revelam-se muito débeis, e são eles, os/as agentes, que devem punir e “reeducar”, em um pouco espaço de tempo, jovens marcados/as com um histórico de violência e negação de direitos.

Na experiência que tive ao entrevistar as profissionais envolvidas, eu percebi que trata-se de um grupo de profissionais com ótima formação, com um discurso politizado e entusiasmo pelo trabalho, mesmo que eu tenha percebido receio de falar certos assuntos na entrevista (como a atração de meninas pelos agentes). Porém,

constatei a falta de infraestrutura, e de profissionais, a ausência de consenso entre os/as profissionais envolvidos/as (principalmente os agentes socioeducativos). Alguns expressem o imaginário de uma sociedade que apoia a penalização dos jovens, mas não acredita efetivamente na socioeducação. Uma sociedade que não vê o adolescente em conflito com a lei como sujeito de proteção.

Uma instituição feminina, com profissionais do mesmo sexo pode favorecer o trabalho socioeducativo. Notei a empatia das profissionais em relação às meninas no tratamento com os filhos e a família, nas situações de gravidez, no reconhecimento da importância da vaidade, e da necessidade de se expressar e serem ouvidas.

Nessa dinâmica, a jovem não é só aquilo que cometeu, ela se apresenta com toda sua humanidade, com problemas e questões em todo âmbito da vida. O/as profissionais trabalham em função de reconhecer as demandas que essa jovem traz e construir maneiras de apresentar a ela novas opções de vida. Nesse sentido, percebe-se a dificuldade dos/as profissionais envolvidos/as, primeiro com a complexidade das demandas e depois com os poucos recursos, e investimentos na instituição. O trabalho do DEGASE fica comprometido, uma vez que a sociedade não garante aos jovens a proteção e investimentos suficientes para a formação continuada e a criação de redes de sociabilidade para estes segmentos sociais.

Nas entrevistas, evitei explorar muito a relação das jovens com suas famílias, porque tinha receio de cair na culpabilização desta instituição. Na realidade eu tinha medo de entrar em um terreno desconhecido e errar por falta de conhecimento, uma vez em que na literatura predominam as análises psicológicas. Depois de realizadas as entrevistas com as profissionais, eu percebi o quanto essa dimensão é importante. A família está sempre presente nas falas das jovens, as relações com os pais e os filhos fazem toda a diferença pra elas. Os dias de visitas são carregados de sentimento e angústia e visto tanto, quando a família vem e quando ela não vem.

Frente à ausência dos parentes e dos amigos, as meninas reconfiguram suas relações sociais, procuram quem as podem proteger, e a quem amar. O mais interessante, nesse sentido, é que os laços afetivos e sexuais podem ser mutáveis de acordo com a necessidade, e que para elas o que é imprescindível é receber carinho. As relações homoafetivas que enfrentam ainda muita rejeição na sociedade mais ampla, são analisadas de forma mais liberal pelas jovens que tandem a

encarar a troca de afeto e o namoro como uma necessidade dos seres humanos, principalmente aquele cerceado de liberdade.

Fica claro o quanto a questão de gênero é importante para a reflexão sobre as relações entre as internas, e a relação com os/as profissionais envolvidos/as na socioeducação. O interior da instituição é retrato de como as meninas e mulheres são tratadas na sociedade. Lá se faz notar a hierarquia de gênero bem como a culpabilização e a patologização das ações. A internação das jovens do sexo feminino é marcada pelo descaso com as suas necessidades, pelo abandono dos parceiros, da família. Como o exemplo recente da falta de absorventes denunciada pela jornalista Nana Queiroz, autora do livro “Presos que Menstruam”¹⁷

Desejo dar continuidade a esse trabalho com a participação direta das jovens, pois mesmo com a experiência da extensão na instituição não foi possível realizar entrevista direta e por isso não consegui as informações do que elas realmente acham. Mas nada é mais enriquecedor do que ouvir das próprias meninas, suas impressões sobre suas experiências nesta fase da vida, bem como suas expectativas para os dias futuros.

¹⁷ Notícia disponível em: <http://noticias.terra.com.br/brasil/prisoas-femininas-presas-usam-miolo-de-pao-como-absorvente,cbaec6a46c78ba371bf9e9b00dd051cd2i3uRCRD.html>

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AQUINO, Luseni Maria Cordeiro de. Introdução: a juventude como foco das políticas públicas. **Castro JA, Aquino LMC, Andrade CC. Juventude e políticas sociais no Brasil. Brasília: IPEA, 2009.**

AQUINO, Estela ML et al. Gravidez na adolescência: a heterogeneidade revelada. In: **O aprendizado da sexualidade: reprodução e trajetórias sociais de jovens brasileiros**. Fiocruz, 2006. p. 309-360.

ASSIS, Simone Gonçalves, CONSTANTINO, Patrícia. **Filhas do mundo**. Editora Fiocruz. Rio de Janeiro, 2001

ARIÉS, Philippe. **A história social da criança e da família**. Segunda edição, Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1981 p. 156 e 157

BARROS, Myriam Moraes Lins de. "**Trajetórias de jovens adultos: ciclo de vida e mobilidade social**." *Horizontes Antropológicos* 16.34 (2010): 71-92.

BOZON, Michel. **Sociologia da sexualidade**. FGV Editora, Rio de Janeiro 2004.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Plano Nacional de Promoção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária/ Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Brasília-DF: Conanda, 2006.

CANNON, L.R.C et al. **Saúde e desenvolvimento da juventude brasileira: construindo uma agenda nacional**. Ministério da Saúde. Brasília, 1999

COLLING, Ana. A construção histórica do feminino e do masculino. **Gênero e cultura: questões contemporâneas**, v. 1, p. 13, 2004.

DE JESUS, Neusa Francisca; ANHANGUERA, Bandeirante. **Adolescentes em conflito com a lei: Um estudo para a compreensão da prática infracional de adolescentes.** ANHANGUERA, Bandeirante. São Paulo. SD

DUBAR, Claude. I. Os "ensinamentos" dos enfoques sociológicos da delinquência juvenil. **Juventude em conflito com a lei**, 2007.

_____. **Estatuto da Criança e do adolescente.** Lei Federal 8.069 de 13/07/1990

FACHINETTO, Rochele Fellini. **A "casa de bonecas"**: um estudo de caso sobre a unidade de atendimento sócio-educativo feminino do RS. 2008. 215 fls. Diss. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

FRANÇOSO, Lucimar Aparecida; MAURO, Athenê Maria de Marco França. Manual de atenção à saúde do adolescente. In: **Manual de atenção à saúde do adolescente.** São Paulo (Cidade). Secretaria da Saúde, 2006.

GARCIA, Joana, and Pedro Pereira. "**Somos todos infratores.**" O Social em Questão - Ano XVIII - nº 31 - 2014

GENNEP, Arnold van. **Os ritos de passagem**, apresentação de Roberto da Matta. Petrópolis: Vozes, 1978.

GUIMARÃES, Elisângela de Araujo. **Educação sexual: uma análise da inserção do tema nas unidades escolares da 7ª coordenadoria regional de educação no município do Rio de Janeiro.** Dissertação de mestrado UFRJ, Rio de Janeiro 2013

HEILBORN, Maria Luiza; UZIEL, Anna Paula. **Família e sexualidade.** Rio de Janeiro Fgv Editora, 2004.

_____. **Sexualidade, família e ethos religioso.** Editora Garamond, 2005

HUTZ.C.S. **Situações de Risco e Vulnerabilidade na Infância e Adolescência: Aspectos Teóricos e Estratégias de Intervenção**. Casa do Psicólogo, São Paulo, 2002

JÚNIOR, Almir Pereira; BEZERRA, Jaerson Lucas; HERINGER, Rosana. **Os impasses da cidadania: infância e adolescência no Brasil**. IBASE, 1992.

MARIA RIBEIRO DE OLIVEIRA, Luciana et al. **Meninos bandidos? interfaces entre criminalidade e identidade masculina em homens jovens**. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Pernambuco.2006.

MORAES, Aparecida Fonseca .**Violência contra as meninas, adolescentes e jovens**. O progresso das mulheres do Brasil 2003-2010 Cepia, ONU mulheres. Rio de Janeiro 2011

PIMENTEL, Elaine. Amor bandido: as teias afetivas que envolvem a mulher no tráfico de drogas. In: **Mundos sociais: saberes e práticas**. VI CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA. N708. 2008. p. 148.

PISCITELLI, Adriana. Gênero: a história de um conceito. **Diferenças, igualdade**. São Paulo: Berlendis & Vertecchia, 2009.

_____.**Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo**. Lei n. 12.594, de 18 de janeiro de 2012. 2012.

SILVA, Enid.R.A e GUERESI, Simone. **Adolescentes em conflito com a lei: situação de atendimento institucional no Brasil**. Mapeamento da Situação das Unidades de Execução de Medida Socioeducativa de Privação de Liberdade ao Adolescente em Conflito com a Lei. Texto para discussão Nº 979. IPEA. Brasília, 2003.

SIQUEIRA, Aline Cardoso, et al. "**Percepção das figuras parentais na rede de apoio de crianças e adolescentes institucionalizados**." *Arquivos Brasileiros de Psicologia* 61.1 (2009).

SCHINDHELM, Virginia Georg. **Infâncias marginalizadas, adolescentes criminalizados**. Ações Socioeducativas Saberes e Práticas Formação dos

Operadores do Sistema Socioeducativo do Rio de Janeiro. DEGASE, Rio de Janeiro,2013.

VERSIANI, Cláudio. **Infância e adolescência no Brasil**. Disponível em WWW.unicef.org/brazil/pt/activities.html 21/02/2015

TEIXEIRA, Cesar Pinheiro. **A construção social do “ex-bandido”**. 2009. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Zaluar, A. Condomínio do Diabo. Rio de Janeiro: Revan, Ed. UDRJ,1994 pp. 8-10.

_____ Mulher de Bandido: crônica de uma cidade menos musical.**Estudos feministas**, v. 1, n. 1, p. 135, 1993.

ZEITOUNE,Chistiane Mota, LOPES,E.R.C, MOTA, Murilo Peixoto da. **Reflexões sobre a juventude em conflito com a lei: a infância, a adolescência e a família como uma construção social e histórica**. Ações socioeducativas saberes e práticas formação dos operários do sistema socioeducativo do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. 2012

Sites utilizados

Novo DEGASE: http://www.degase.rj.gov.br/quem_somos.asp , 01/09/14

ANEXO 1

Questionário

Dados pessoais

Nome:

Formação:

Estado civil:

Tempo que trabalha na instituição:

Instituição:

Qual é o seu papel na instituição?

Como é sua rotina de trabalho?

Quantas meninas estão internadas atualmente na instituição?

O que você acha da política de internação?

Pode traçar um perfil das meninas? (Social, Étnico e educacional)

Qual é o tipo de infração mais recorrente entre as jovens?

Na sua opinião, qual é o maior desafio que vocês enfrentam no trabalho com adolescentes do sexo feminino?

Na sua visão, quais são os impactos da internação nas relações familiares e afetivas das internas?

Como é a relação das jovens no interior das instituições (entre elas, funcionários e direção)?

Qual o tema mais explorado no atendimento?

O atendimento é uma demanda institucional ou das meninas?

Fale sobre o rendimento escolar das internas. (índices de aprovação, nível de escolaridade)

Você percebe alguma relação entre o ato infracional feminino e as relações afetivas?

Elas escrevem cartas e recados para os namorados?

Elas recebem visita dos parceiros?

Como é trabalhada a questão da sexualidade com as internas?

Quais as expectativas que elas abordam ao saírem da instituição?

Como é a relação com os agentes socioeducativos?